

# RELATÓRIO ANUAL

# 2023

# CGMP

**CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**MPAM**  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO  
**AMAZONAS**

Corregedoria-Geral  
do Ministério Público

**CGMP**

# Composição

## **Corregedora-Geral do Ministério Público**

Procuradora de Justiça Silvia Abdala Tuma

## **Corregedores-Auxiliares**

Promotor de Justiça Darlan Benevides de Queiroz

Promotora de Justiça Christianne Corrêa Bento da Silva

Promotor de Justiça Jorge Alberto Veloso Pereira

## **Assessoria Jurídica**

Vívian da Silva Donato Lopes

Roberta Braga de Alencar

André Luiz Rocha Pinheiro

Henrique dos Santos Ramos

Marcela Almeida Nôvo

## **Apoio Administrativo**

Kátia Socorro Said Garcia Rodrigues

Wanderley da Silva Brasil

Lia Tarsya Alves do Nascimento Marques

Luciana da Costa Oliveira

Janine Meire Pinatto

Nelma Elisa Maurici Peixoto

# Índice

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1 Atividade de Fiscalização e Orientação -----	09
1.1 Correições e Inspeções -----	09
1.2 Acompanhamento de Promotoria de Justiça -----	09
1.3 Processos de Gestão Administrativa - PGA -----	10
1.4 Estágio Probatório -----	10
1.5 Banco de Boas Práticas -----	11
1.6 Controle de Inspeções e Correições -----	12
2 Atividade Disciplinar -----	18
2.1 Notícia de Fato Disciplinar - NFD -----	18
2.2 Reclamação Disciplinar - RD -----	19
2.3 Sindicância -----	19
3 Atividade Executiva -----	20
3.1 Atos Produzidos -----	20
3.2 Relatórios ao CNMP -----	22
3.3 Atividade nos Órgãos Colegiados -----	23
3.4 Eventos em Destaque -----	24
3.5 Atuações Resolutivas -----	30

## RELATÓRIO DE PRODUTIVIDADE

Quadro de Designações - Administração Superior -----	36
1 Procuradorias de Justiça -----	37
1.1 Ranking Procuradorias de Justiça Criminais -----	37
1.2 Ranking Procuradorias de Justiça Cíveis -----	38
1.3 Ranking Geral dos Procuradores de Justiça -----	39
2 Promotorias de Justiça -----	40
2.1 Promotorias de Justiça da Capital -----	40
2.1.1 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO CRIM -----	40
2.1.2 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO CÍVEL -----	46
2.1.3 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO IJ -----	48
2.1.4 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO PDC -----	49
2.1.5 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO MAPH-URB ---	51
2.1.6 Ranking Geral dos Promotores de Justiça da Capital -----	52
2.1.7 Promotorias de Justiça Vagas na Capital -----	56
2.2 Promotorias de Justiça do Interior -----	57
2.2.1 Ranking Promotorias de Justiça do Interior -----	57
2.2.2 Ranking Geral dos Promotores de Justiça do Interior ---	60
2.2.3 Promotorias de Justiça Vagas no Interior -----	62

# Apresentação

É função precípua da Corregedoria-Geral do Ministério Público a fiscalização e orientação das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, consoante estabelecido pelo art. 47 da Lei Orgânica do *Parquet* Amazonense (Lei Complementar Estadual nº 011/1993).

Como forma de demonstrar ao Procurador-Geral de Justiça, ao Colégio de Procuradores de Justiça – CPJ, ao Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, aos demais membros da Instituição Ministerial, e à sociedade em geral um panorama das atividades desenvolvidas pela Corregedoria-Geral no ano anterior, neste caso o ano de 2023, bem como dar publicidade as estatísticas de produtividade das Promotorias e Procuradorias de Justiça, preveem os incisos XIII e XIV, do art. 51 da Lei Orgânica do MPAM a apresentação do Relatório Anual de Atividades da Corregedoria-Geral.

O Relatório se distingue, portanto, como oportunidade para o Órgão Correicional expor o trabalho realizado, as ações implementadas e os resultados alcançados no ano de 2023.

No exercício da **atividade de orientação** essa Corregedoria, observando a necessidade de traçar, de maneira objetiva, caminhos a serem percorridos pelo(a) Promotor(a) de Justiça para aprimorar o desempenho de sua atuação voltada à resolutividade, à proatividade, à gestão de promotoria e ao cumprimento de seus deveres funcionais, lançou em 2023 o **Guia Prático de Atuação Ministerial**. O Guia almeja fomentar a aproximação entre esse Órgão Correicional e os membros ministeriais, servindo de ferramenta de auxílio e orientação, não como material estático, mas um recurso em constante atualização e construção. Assim, sob uma abordagem humanizada, pretende-se fortalecer a unidade institucional e o sentimento de pertencimento a esse que precisa sempre se firmar como órgão propulsor das boas políticas públicas.



Importante mencionar que o Guia Prático foi reconhecido pela Corregedoria Nacional do Ministério Público com a concessão do **Certificado de Boa Prática Resolutiva** pela sua *“relevância em prol de uma atuação ministerial proativa, com significativos resultados sociotransformadores para a comunidade.”*

Buscou-se na CGMP ao longo do ano uma constante atualização quanto aos temas de relevo para o Ministério Público no cenário nacional, inclusive com participação ativa nas reuniões do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União – CNCGMPEU, que, dentre outros assuntos, trataram sobre: relações interinstitucionais entre CNMP e CNJ; plano de atuação de Procuradoria e Promotoria de Justiça – PAPJ; digitalização das atividades das Corregedorias; teletrabalho; retorno ao trabalho presencial e participação presencial nas audiências; trabalho híbrido; utilização de inteligência artificial pelos MP’s; correição e avaliação da resolutividade; Código de Ética do MP; unidade institucional; e atuação do MP em desastres ambientais. Essas discussões acerca de questões afetas a todo o Ministério Público nacional e a troca de experiências com os Corregedores de outras unidades ministeriais contribuíram para o amadurecimento e o aprimoramento necessários à melhoria das funções dessa Corregedoria-Geral.

Em março de 2023 foi promovida por essa Corregedoria-Geral em parceria com o CEAF, através da plataforma Microsoft Teams, a palestra **“Jurimetria, Unidade e Agência: A busca da identidade institucional e a concretização do modelo constitucional”**, ministrada pelo Promotor de Justiça Alexandre Rocha Almeida de Moraes, do Ministério Público de São Paulo. O evento contou com massiva participação dos membros e trouxe novas luzes sobre essa instigante temática.

Como exemplos de orientações em caráter geral feitas pela CGMP-AM à classe ministerial, importante mencionar: Recomendação nº 005/2023/CGMP – fiscalização prisional e da situação processual dos presos; Recomendação nº 011/2023/CGMP – atenção quanto ao sigilo na identificação de crianças e adolescentes nas peças produzidas pelo MP e nas respectivas publicações; Recomendação nº 026/2023/CGMP – comunicações às vítimas quanto aos arquivamentos de autos de investigação; Recomendação nº 028/2023/CGMP – adoção de medidas concretas, extrajudiciais ou judiciais, para prevenção, interrupção e reparação dos danos ao meio ambiente, causados por queimadas; e Recomendação nº 032/2023/CGMP – remessa de PIC ao Judiciário.

Na **atuação fiscalizatória** essa Corregedoria manteve o perfil de zelar pelo bom andamento dos trabalhos ministeriais valendo-se sempre do bom senso na aferição do desempenho de cada órgão, buscando, mormente no cumprimento do calendário de Correições e Inspeções, conhecer *in loco* e em detalhes o trabalho realizado e as dificuldades enfrentadas.

Nos relatórios de correições constaram, além do conceito atribuído pela equipe correicional, também as observações e recomendações destinadas a aprimorar o desempenho da atividade na respectiva unidade ministerial, inclusive no que concerne à resolutividade, que figura como item específico na avaliação correicional. Ademais, demandas de interesse dos Ofícios correicionados foram encaminhadas ao PGJ, SUBADM, GGS AJ-MP, DTIC e, até mesmo ao TJAM.

Em todas as correições realizadas foram os membros estimulados a atuar de modo resolutivo e a adotar boas práticas no desempenho das atividades. Como instrumento do esforço da CGMP em prol da adoção de boas práticas foi editado o ATO Nº 001/2023/CGMP, que instituiu o **Banco de Boas Práticas da CGMP**, inclusive prevendo o registro nos assentamentos funcionais do membro caso a boa prática seja incluída no banco.

Em relação à primeira entrância, o desafio do trabalho durante as correições foi prosseguir incentivando uma maior aproximação do membro ministerial com a sociedade local, sua inserção no seio da comunidade para conhecer as necessidades e atuar não apenas mediante provocação, mas também de ofício, a partir dessa convivência. Disseminar a cultura de que o Ministério Público precisa desempenhar papel de protagonismo na solução dos problemas sociais é missão que persiste na atuação da CGMP.

Outro ponto constantemente reforçado no curso das correições foi o estímulo à utilização de técnicas negociais para a solução dos conflitos. Sem ignorar a importância da via judicial, buscou essa Corregedoria demonstrar aos membros a importância e as vantagens da autocomposição também na resolução de questões de interesse social.

Foram realizadas 13 (treze) correições nas Promotorias de Justiça de Entrância Inicial, todas de forma presencial ou híbrida, além de 22 (vinte e duas) nas Promotorias Eleitorais do interior do Amazonas.

Na capital foram correicionadas 43 (quarenta e três) Promotorias e 16 (dezesesseis) Procuradorias de Justiça, além de 7 (sete) Centros de Apoio Operacional e do CEAF.

Houve grande preocupação quanto ao comparecimento presencial dos membros nas audiências e sessões judiciais, resultando na publicação do ATO CONJUNTO PGJ/CGMP N.º 001/2023, que aponta ser indispensável a presença física em tais atos, ressaltando o comparecimento por videoconferência e telepresencial nos casos de ampliação de atribuições, de substituição ou designação de membro com sede funcional diversa, mutirão ou projeto específico, conciliação e mediação ou ainda indisponibilidade temporária do foro, calamidade pública ou força maior.

Ainda na seara da fiscalização, foi editado o ATO CGMP N.º 001/2023/CGMP que regulamenta o Acompanhamento de Promotoria de Justiça, atividade prevista nos incisos I e II do art. 9º e incisos I e IV do art. 10 da Resolução n.º 006/2014/CSMP. No curso do Acompanhamento, que tem natureza profilática, além de aferir a regularidade dos serviços, pode a Corregedoria-Geral sugerir medidas para a regularização e o aperfeiçoamento da atuação do órgão acompanhado.

Em termos de **função disciplinar**, esse Órgão Correicional manteve a postura de atuar de modo tempestivo e sempre garantindo aos envolvidos o pleno exercício da ampla defesa e do contraditório, dentre outros direitos legalmente previstos.

No curso dos procedimentos disciplinares foi priorizada a solução consensual sempre que presentes os requisitos legais, com a propositura de Transação Administrativa Disciplinar – TAD, nos termos do art. 145-A, da LOEMP-AM, deixando-se a atividade sancionatória apenas para as hipóteses em que o acordo não se mostrasse cabível.

Merecem registro outras atividades desenvolvidas pela CGMP em 2023, tais como a alimentação de sistemas do CNMP voltados para o cadastro de feitos disciplinares e da atividade correicional. Ao longo do ano foram regularmente efetivados os registros no Sistema Nacional de Informações de Natureza Disciplinar – SNI-ND, com relação às Notícias de Fato Disciplinares (NFD), Reclamações Disciplinares (RD's), Sindicâncias e Procedimentos Administrativos Disciplinares (PAD's); e no Sistema de Correições e Inspeções – SCI, quanto a todas as correições e inspeções efetivadas por essa Corregedoria-Geral.

Houve também o constante acompanhamento do Sistema de Resoluções do CNMP para a análise e validação dos formulários das visitas periódicas dos membros respectivos aos estabelecimentos penais civis e militares (Resolução CNMP nº 56/2010); repartições policiais civis (Delegacias) e militares (Resolução CNMP nº 20/2007); unidades executoras de medidas socioeducativas em meio aberto (Resolução CNMP nº 204/2019); unidades socioeducativas de internação e semiliberdade (Resolução CNMP nº 67/2011); e serviços de acolhimento institucional e programas de acolhimento familiar (Resolução CNMP nº 71/2011).

Para encerrar, importa fazer o registro de que, em dezembro de 2023, após a conclusão da **Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade** no Ministério Público do Estado do Amazonas, o CNMP agraciou essa CGMP com **Certificado de Reconhecimento** *“pelos relevantes trabalhos de avaliação e valoração, fundamentais para a construção de um Ministério Público resolutivo e sociotransformador.”* O reconhecimento do trabalho serve de estímulo para seguirmos empenhados em atuar incessantemente em prol do engrandecimento do Ministério Público do Amazonas.

Assim, segue este Relatório Anual para amplo conhecimento.

# Relatório de Atividades

## 1 ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO

### 1.1 Correições e Inspeções

ÓRGÃO CORREICIONADO	QUANTIDADE
Promotoria de Justiça - 1ª Entrância	13
Promotoria de Justiça - 2ª Entrância	43
Procuradoria de Justiça	16
Promotoria Eleitoral	22
Centro de Apoio Operacional	7
<b>TOTAL</b>	101

### 1.2 Acompanhamento de Promotorias de Justiça

STATUS	QUANTIDADE
Instaurado	11
Em tramitação	10
Concluído / Arquivado	1

### 1.3 Procedimentos de Gestão Administrativa - PGA

STATUS	QUANTIDADE
Instaurado	13
Em tramitação	7
Concluído / Arquivado	15

### 1.4 Estágio Probatório

ATO	QUANTIDADE
Avaliação Trimestral	1
Avaliação Final	1
Promotores de Justiça Vitaliciados	8
Promotores de Justiça em Estágio	0

## 1.5 Banco de Boas Práticas

STATUS	QUANTIDADE
Apresentadas	44
Reconhecidas	7
Não Reconhecidas	20
Em Análise	6
Devolvidas para Complementação	6
Anexada/Juntada	1
Sobrestadas	4

## 1.6 Controle de Inspeções e Correições

### CORREIÇÃO EM PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE 1ª ENTRÂNCIA

PROMOTORIA	DATA	MEMBRO	PROCESSO
Apuí	27/06/23	Gabriel Salvino Chagas do Nascimento	10.2023.00000061-9
Atalaia do Norte	26/09/23	Elanderson Lima Duarte	10.2023.00000126-2
Autazes	06/11/23	Carlos Firmino Dantas	10.2023.00000142-9
Barcelos	06/05/23	Karla Cristina da Silva Souza	10.2023.00000050-8
Boca do Acre	26/09/23	Míriam Figueiredo da Silveira	10.2023.00000144-0
Careiro Castanho	23/08/23	Leonardo Tupinambá do Valle	10.2023.00000120-7
Itamarati	17/07/23	Caio Lúcio Fenelon Assis Barros	10.2023.00000093-0
Manicoré (1ª)	27/11/23	Vinícius Ribeiro de Souza	10.2023.00000159-5
Manicoré (2ª)	27/11/23	Vinícius Ribeiro de Souza	10.2023.00000165-1
Maués (1ª)	16/10/23	Míriam Figueiredo da Silveira	10.2023.00000147-3
Maués (2ª)	16/10/23	Sérgio Roberto Martins Verçosa	10.2023.00000150-7
São Gabriel da Cachoeira	22/08/23	Paulo Alexandar dos Santos Beriba	10.2023.00000103-0
Uarini	07/03/23	Gustavo Van Der Laars	10.2023.00000018-5



## CORREIÇÃO EM PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRÂNCIA

PROMOTORIA	DATA	MEMBRO	PROCESSO
8ª Promotoria de Justiça	12/04/23	Daniel Leite Brito	10.2023.00000028-5
9ª Promotoria de Justiça	18/04/23	Darlan Benevides de Queiroz	10.2023.00000034-1
14ª Promotoria de Justiça	18/08/23	Armando Gurgel Maia	10.2023.00000115-1
15ª Promotoria de Justiça	29/08/23	Marcelo de Salles Martins	10.2023.00000116-2
17ª Promotoria de Justiça	09/05/23	Clarissa Moraes Brito	10.2023.00000043-0
21ª Promotoria de Justiça	03/08/23	Carla Santos Guedes Gonzaga	10.2023.00000105-1
22ª Promotoria de Justiça	15/05/23	Mário Ypiranga Monteiro Neto	10.2023.00000054-1
23ª Promotoria de Justiça	06/06/23	Eliana Leite Guedes do Amaral	10.2023.00000068-5
24ª Promotoria de Justiça	01/06/23	Marcelo Augusto Silva de Almeida	10.2023.00000066-3
25ª Promotoria de Justiça	08/08/23	Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos	10.2023.00000101-8
26ª Promotoria de Justiça	08/08/23	Luiz Alberto Dantas de Vasconcelos	10.2023.00000102-9
27ª Promotoria de Justiça	12/12/23	Christiane Dolzany Araújo	10.2023.0000185-1
31ª Promotoria de Justiça	13/06/23	André Alecrim Marinho	10.2023.00000056-3
37ª Promotoria de Justiça	31/07/23	Luciana Toledo Martinho	10.2023.00000083-0
39ª Promotoria de Justiça	20/07/23	Simone Braga Luniere da Costa	10.2023.00000090-8
41ª Promotoria de Justiça	26/10/23	Marlinda Maria Cunha Dutra	10.2023.00000161-8
42ª Promotoria de Justiça	06/11/23	Vitor Moreira da Fonseca	10.2023.00000173-0
43ª Promotoria de Justiça	20/07/23	Elvys de Paula Freitas	10.2023.00000092-0
44ª Promotoria de Justiça	14/06/23	Edna Lima de Souza	10.2023.00000070-8
46ª Promotoria de Justiça	02/06/23	Sheyla Dantas Frota de Carvalho	10.2023.00000055-2
48ª Promotoria de Justiça	12/07/23	Tereza Cristina Coelho da Silva	10.2023.00000089-6
61ª Promotoria de Justiça	15/12/23	Iranilson de Araújo Ribeiro	10.2023.00000162-9

## CORREIÇÃO EM PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE 2ª ENTRÂNCIA - CONTINUAÇÃO

PROMOTORIA	DATA	MEMBRO	PROCESSO
63ª Promotoria de Justiça	24/07/23	Paulo Stélio Sabbá Guimarães	10.2023.0000079-6
65ª Promotoria de Justiça	26/05/23	Maria Eunice L. de Lucena Bittencourt	10.2023.00000039-6
66ª Promotoria de Justiça	28/04/23	Francilene Barroso da Silva	10.2023.00000036-3
67ª Promotoria de Justiça	13/03/23	Marco Aurélio Lisciotto	10.2023.00000024-1
71ª Promotoria de Justiça	20/06/23	Elizandra Leite Guedes de Lira	10.2023.00000078-5
72ª Promotoria de Justiça	25/05/23	Cleucy Maria de Souza	10.2023.00000049-6
73ª Promotoria de Justiça	14/04/23	Davi Santana da Câmara	10.2023.00000035-2
74ª Promotoria de Justiça	02/05/23	Solange da Silva Guedes	10.2023.00000048-5
75ª Promotoria de Justiça	09/02/23	Maria Piedade Queiroz N. Belasque	10.2022.00000102-5
76ª Promotoria de Justiça	03/05/23	Reinaldo Alberto Nery de Lima	10.2023.00000046-3
78ª Promotoria de Justiça	24/07/23	Hilton Serra Viana	10.2023.00000091-9
82ª Promotoria de Justiça	14/04/23	Davi Santana da Câmara	10.2023.00000030-8
83ª Promotoria de Justiça	20/03/23	José Felipe da Cunha Fish	10.2023.00000023-0
85ª Promotoria de Justiça	02/03/23	Carla Santos Guedes Gonzaga	10.2023.00000019-6
86ª Promotoria de Justiça	27/03/23	Yara Rebeca Albuquerque M. de Paula	10.2023.00000021-9
87ª Promotoria de Justiça	03/05/23	Reinaldo Alberto nery de Lima	10.2023.00000044-1
88ª Promotoria de Justiça	27/04/23	Álvaro Granja Pereira de Souza	10.2023.00000032-0
89ª Promotoria de Justiça	29/09/23	Luiz do Rego Lobão Filho	10.2023.00000152-9
102ª Promotoria de Justiça	18/12/23	Lilian Nara Pinheiro de Almeida	10.2023.00000177-3
103ª Promotoria de Justiça	17/07/23	Rodrigo Miranda Leão Júnior	10.2023.00000096-3
104ª Promotoria de Justiça	29/08/23	Vivaldo Castro de Souza	10.2023.00000119-5

## CORREIÇÃO EM PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

UNIDADE	DATA	RESPONSÁVEL	PROCESSO
2ª Procuradoria	29/08/23	Karla Fregapani Leite	10.2023.00000123-0
3ª Procuradoria	13/09/23	Públio Caio Bessa Ciryno	10.2023.00000136-2
4ª Procuradoria	16/08/23	Adelton Albuquerque Matos	10.2023.00000114-0
5ª Procuradoria	20/07/23	Silvana Nobre de Lima Cabral	10.2023.00000098-5
6ª Procuradoria	10/10/23	Sandra Cal Oliveira	10.2023.00000160-7
8ª Procuradoria	24/08/23	Carlos Lélío Lauria Ferreira	10.2023.00000122-9
9ª Procuradoria	17/10/23	Rita Augusta de Vasconcellos Dias	10.2023.00000163-0
13ª Procuradoria	25/09/23	Liani Mônica G. de Freitas Rodrigues	10.2023.00000148-4
14ª Procuradoria	19/10/23	Mara Nóbria Albuquerque da Cunha	10.2023.00000170-7
15ª Procuradoria	26/09/23	Suzete Maria dos Santoa	10.2023.00000156-2
16ª Procuradoria	22/09/23	Maria José da Silva Nazaré	10.2023.00000149-5
17ª Procuradoria	16/08/23	Adelton Albuquerque Matos	10.2023.00000117-3
18ª Procuradoria	17/10/23	Delisa Olívia Vieiralves Ferreira	10.2023.00000169-5
19ª Procuradoria	17/10/23	Rita Augusta de Vasconcellos Dias	10.2023.00000167-3
20ª Procuradoria	25/09/23	José Bernardo Ferreira Junior	10.2023.00000146-2
21ª Procuradoria	21/11/23	Neyde Regina Demosthenes Trindade	10.2023.00000179-5

## CORREIÇÃO EM PROMOTORES ELEITORAIS

ZONA ELEITORAL	DATA	MEMBRO	PROCESSO
1ª Z.E. - Manaus	16/02/23	Carlos Fábio Braga Monteiro	10.2023.00000015-2
2ª Z.E. - Manaus	08/02/23	Reinaldo Alberto Nery de Lima	10.2023.00000012-0
5ª Z.E. - Maués	16/10/23	Miriam Figueiredo da Silveira	10.2023.00000151-8
14ª Z.E. - Boca do Acre	31/10/23	Jorge Wilson Lopes Cavalcante	10.2023.00000171-8
16ª Z.E. - Manicoré	27/11/23	Vinícius Ribeiro de Souza	10.2023.00000166-2
18ª Z.E. - Barcelos	05/06/23	Karla Cristina da Silva Sousa	10.2023.00000051-9
19ª Z.E. - São Gabriel da Cachoeira	22/08/23	Paulo Alexander dos Santos Beriba	10.2023.00000104-0
31ª Z.E. - Manaus/ Careiro da Várzea	28/02/23	Renilce Helen Queiroz de Souza	10.2023.00000003-0
32ª Z.E. - Manaus	28/4/2023	Maria Eunice Lopes Bittencourt	10.2023.00000037-4
35ª Z.E. - Autazes	11/06/23	Carlos Firmino Dantas	10.2023.00000143-0
37ª Z.E. - Manaus	17/02/23	Luciana Toledo Martinho	10.2023.00000016-3
40ª Z.E. - Manaus	15/02/23	Rogério Marques Santos	10.2023.00000013-0
42ª Z.E. - Atalaia do Norte	26/09/23	Elanderson Lima Duarte	10.2023.00000128-4
58ª Z.E. - Manaus	03/02/23	Laís Rejane de Carvalho Freitas	10.2023.00000001-9
59ª Z.E. - Manaus	09/03/23	André Virgílio Belota Seffair	10.2023.00000022-0
62ª Z.E. - Manaus	21/03/23	Luissandra Chíxaro de Menezes	10.2023.00000025-2
63ª Z.E. - Manaus	11/04/23	Márcio Fernando N. Borges de Campos	10.2023.00000027-4
65ª Z.E. - Manaus	31/05/23	Valber Diniz da Silva	10.2023.00000062-0
67ª Z.E. - Apuí	14/08/23	Gabriel Salvino Chagas do Nascimento	10.2023.00000110-7
68ª Z.E. - Manaus/ Termo Rio Preto da Eva	08/02/23	Lauro Tavares da Silva	10.2023.00000002-0
69ª Z.E. - Itamarati	21/07/23	Caio Lúcio Felon Assis Barros	10.2023.00000094-1
70ª Z.E. - Manaus	13/09/23	Lucíola Honório de Valois Coelho	10.2023.00000125-1

## CORREIÇÃO EM CENTROS DE APOIO OPERACIONAL / UNIDADES ADMINISTRATIVAS

UNIDADE	DATA	RESPONSÁVEL	PROCESSO
CAOCÍVEL	30/11/23	Edna Lima de Souza	10.2023.00000184-0
GAECO 1	31/03/23	José Augusto Palheta Taveira Júnior	10.2023.00000008-5
GAECO 2	31/03/23	Márcia Cristina de Lima Oliveira	10.2023.00000009-6
GAECO 3	31/03/23	José Augusto Palheta Taveira Júnior	10.2023.00000010-8
GAECO 4	31/03/23	Kepler Antony Neto	10.2023.00000011-9
CAOIJ	28/11/23	Romina Carmem Brito Carvalho	10.2023.00000183-0
CEAF	04/12/23	João Gaspar Rodrigues	10.2023.00000182-9

# Relatório de Atividades

## 2 ATIVIDADE DISCIPLINAR

### 2.1 Notícia de Fato Disciplinar - NFD

TIPO	QUANTIDADE
Instaurada	31
Em tramitação	6
Concluída com acordo	2
Arquivada	31
Evoluída para Reclamação Disciplinar	1
Evoluída para Sindicância	1

## 2.2 Reclamação Disciplinar - RD

TIPO	QUANTIDADE
Instaurada	22
Em tramitação	11
Concluída / Arquivada	15
Evoluída para Sindicância	4
Concluída com sugestão de PAD	3

## 2.3 Sindicância

TIPO	QUANTIDADE
Instaurada	5
Em tramitação	8
Concluída / Arquivada	1
Concluída com Penalidade	3
Concluída com Acordo	1
Concluída com sugestão de PAD	2

# Relatório de Atividades

## 3 ATIVIDADE EXECUTIVA

### 3.1 Atos Produzidos

ATO	QUANTIDADE
Acordo de Resolução de Conflitos	3
Ata	53
Ato CGMP	3
Ato Conjunto	1
Atendimento	32
Certidão CGMP - Expedida	2349
Certidão de Regularidade de Serviço	24
Despacho Corregedoria-Geral	1821
Despacho 1ª Corregedoria-Auxiliar	267
Despacho 2ª Corregedoria-Auxiliar	541
Despacho 3ª Corregedoria-Auxiliar	133
Exposição de Motivos	2
Informação 1ª Corregedoria-Auxiliar	43
Informação 2ª Corregedoria-Auxiliar	25
Informação 3ª Corregedoria-Auxiliar	25
Intimação	35
Memorando	103



### 3.1 Atos Produzidos - continuação

ATO	QUANTIDADE
Ofício	1528
Ofício-Circular	58
Parecer 1ª Corregedoria-Auxiliar	192
Parecer 2ª Corregedoria-Auxiliar	138
Parecer 3ª Corregedoria-Auxiliar	121
Participação em Reunião (CNMP/CNCGMPEU)	5
Participação em Eventos	10
Portaria	16
Recomendação	33
Relatório de Correição e Inspeção	99
Relatório de Sindicância	5
Relatório de Suspeição / Impedimento	12
Termo de Audiência e Deliberação	10

### 3.2 Relatórios ao Conselho Nacional do Ministério Público

ATO	QUANTIDADE
Relatório de Atividade Funcional	1
Relatório de Inspeção de Presídio	15
Relatório sobre atuação na área de Infância e Juventude	97
Relatório de Inspeção em Delegacia de Polícia	212
Relatório de Inspeção nas Unidades de Medicina Legal	2
Relatório de Inspeção nas Unidades de Perícia Criminal	4
Relatório de Inspeção em Estabelecimentos Militares	190

### 3.3 Atividades nos Órgãos Colegiados

ATO	QUANTIDADE
Reunião Ordinária e Extraordinária CPJ	25
Resolução CPJ	29
Reunião Ordinária e Extraordinária CSMP	18
Resolução CSMP	98
Voto	32

### 3.4 Eventos em destaque

#### **CGMP discute atuação resolutiva e cultura de projetos com coordenadores das áreas finalísticas do MPAM**

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas (CGMP) reuniu coordenadores e autoridades para informar sobre as **correições temáticas e atuação resolutiva do MP**, promovidas pela Corregedoria Nacional do Ministério Público (CNMP) desde outubro de 2022. A reunião ocorreu em 31/01 e um próximo encontro foi marcado para 28/02.

“

A Corregedoria está de portas abertas para atuar, junto com todos os coordenadores e demais Membros, no lançamento e acompanhamento dos projetos.

**Sílvia Tuma, Corregedora-Geral**



03/02/23

[Clique aqui para ler a notícia completa](#)



#### **Sílvia Abdala Tuma é reeleita para o cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Amazonas**



16/02/23

A Procuradora de Justiça Sílvia Abdala Tuma foi reconduzida ao cargo de Corregedora-Geral do Ministério Público do Amazonas para o mandato 2023/2025 com 20 votos em eleição restrita aos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça do MPAM.

[Clique aqui para ler a notícia completa.](#)



## Corregedoria-Geral do MPAM realiza evento para apresentação de boas práticas no âmbito ministerial

Realizada no dia 31/01, a palestra *"Jurimetria, Unidade e Agência: a busca da identidade institucional e a concretização do modelo constitucional"*, proferida Promotor de Justiça Alexandre Rocha Moraes, do MPSP reuniu mais de 80 participantes do Ministério Público do Amazonas (MPAM).

PALESTRA

Jurimetria, Unidade e Agência:  
a busca da identidade  
institucional e a concretização  
do modelo constitucional.

LANÇAMENTO

**Guia Básico  
de Atuação  
Ministerial**

31 de março de 2023  
14h30 - 15h30  
(Horário de Manaus)

Membros, Agentes Técnico-Jurídicos e Assessores de Promotorias

Transmissão via Microsoft Teams

Alexandre Rocha Moraes  
Promotor de Justiça - MPSP

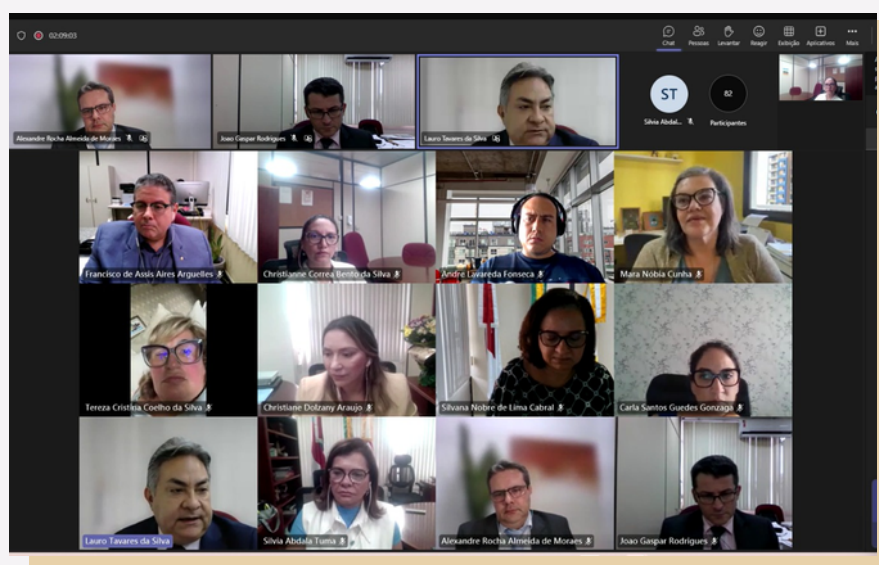
INSCREVA-SE

Para maiores informações:  
3655-0753/ ceafempamp.mp.br

CEAF CGMP MPAM  
CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO AMAZONAS

30/03/23

Durante o evento, o **Guia Básico de Atuação Ministerial** foi apresentado aos Membros e Servidores com o objetivo de orientar as atividades nas promotorias de Justiça e foram demonstradas ferramentas já utilizadas pelos promotores de Justiça Armando Gurgel (14ª PJ do Júri) e Lauro Tavares (62ª Prourb) em suas respectivas áreas de atuação.



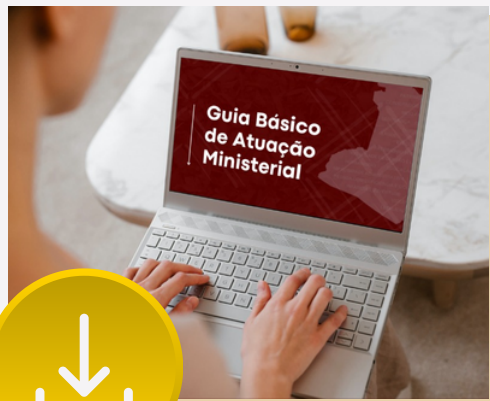
03/04/23

[Clique aqui para ler a notícia completa](#)



## Corregedoria investe em orientação e capacitação para otimizar resolutividade do MPAM

Visando aprimorar o desempenho da atuação ministerial voltada à resolutividade, a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas (CGMP) está disponibilizando, desde o último dia 31/3, o Guia Básico de Atuação Ministerial.



11/04/23

“

A obra destaca a relevância do Membro do Ministério Público no esforço institucional pelo alcance da resolutividade, traçando norteadores, fundamentados na Carta de Brasília, para uma atuação efetiva, integrada à comunidade e em permanente diálogo interinstitucional, em prol de resultados socialmente relevantes, que garantam os direitos e interesses sob o radar de atuação ministerial.

**Sílvia Tuma, Corregedora-Geral**

”

## CGMP participa da 133ª Reunião do Conselho Nacional de Corregedores-Gerais do Ministério Público brasileiro

A reunião ocorreu na sede da Procuradoria-Geral da Justiça Militar (PGJM), em Brasília, e foi presidida pela Corregedora-Geral do Ministério Público da Bahia, Cleonice de Souza Lima.



[Clique aqui para ler a notícia completa](#)



23/06/23



## Corregedoria-Geral do MPAM institui Banco de Boas Práticas para reconhecer iniciativas inovadoras de Membros

A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas (CGMP) instituiu o Banco de Boas Práticas que destacará as iniciativas que demonstrem eficácia e efetividade na atuação ministerial. O ato de criação do Banco de Boas Práticas foi publicado na edição de 24/7/23 do DOMPE.



[Clique aqui para ler a notícia completa](#)

04/08/23



## Sílvia Abdala Tuma é eleita Presidente do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais

A Procuradora de Justiça Sílvia Abdala Tuma será a primeira representante do MPAM a presidir o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNCGMPEU). A eleição foi durante a 136ª Reunião do Colegiado em Salvador (BA).



[Clique aqui para ler a notícia completa.](#)



14/11/23

Assumir a presidência do CNCGMPEU é, para mim, uma honra que carrega consigo uma responsabilidade imensa. Ser o primeiro Membro representante do MPAM a liderar este colegiado coloca a região Norte, o Amazonas e a nossa Instituição em posição de destaque nacional, demonstrando a força e o compromisso que temos de realização e transformação frente aos demais Estados brasileiros.

**Sílvia Tuma, Presidente do CNCGMPEU**

## CMPAM recebe Selo de Resolutividade e Certificados de Boas Práticas do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília

O Ministério Público do Amazonas (MPAM) recebeu o Selo de Resolutividade do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) pela defesa da unidade ministerial e resolutividade demonstrada em projetos como "Juntos pela Vida" e "Guia Básico de Atuação Ministerial", além do "Projeto de Construção da Rede de Monitoramento da Qualidade do Ar do Amazonas".



“

12/12/23

Receber este Selo e os Certificados é mais do que um reconhecimento; é um tributo ao comprometimento incansável de todos os Membros do Ministério Público do Amazonas, que diariamente dedicam suas vidas à promoção do bem comum e à defesa dos princípios que norteiam nossa Instituição.

**Alberto Nascimento, PGJ**



[Clique aqui para ler a notícia completa.](#)

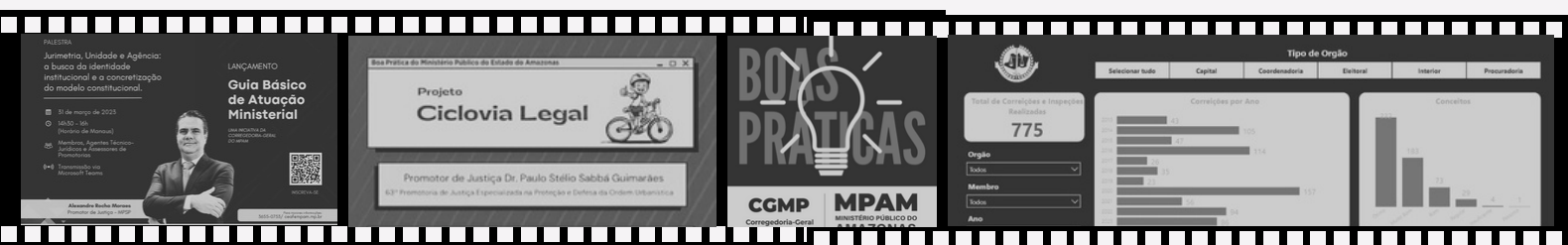




# Destaque do ano

## Atuações **RESOLUTIVAS**

Desde 2016, o Ministério Público Brasileiro adotou critérios visando melhorias na resolutividade e no aprimoramento dos indicadores avaliados pelas Corregedorias-Gerais. Em consonância com esta evolução regulatória, a Corregedoria Nacional do Ministério Público introduziu as correições temáticas. A Corregedoria-Geral do Ministério Público do Amazonas tem implementado diversas iniciativas, tais como o Guia Básico da Atuação Ministerial e o Banco de Boas Práticas, com o objetivo de estreitar o relacionamento com os membros do Ministério Público e fortalecer a unidade institucional.



## 3.5 Atuações Resolutivas

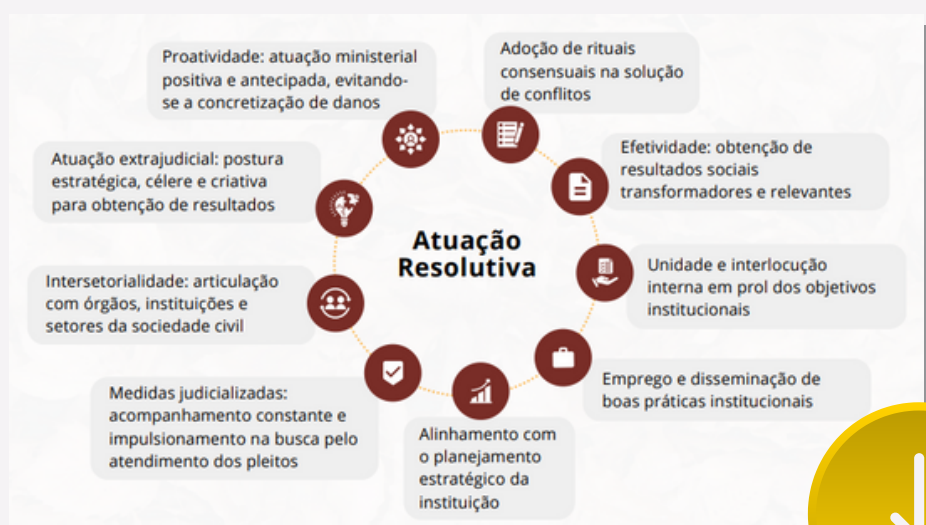
### 3.5.1 GUIA BÁSICO DE ATUAÇÃO MINISTERIAL

O guia foi elaborado com o objetivo de auxiliar os promotores de justiça na melhoria de suas práticas, especialmente no que se refere às demandas sociais.

Seu propósito é reforçar as prerrogativas e atribuições do Ministério Público, incentivar a aplicação de um modelo de atuação mais resolutivo, estimular boas práticas institucionais e assegurar os direitos e interesses da comunidade.



Além disso, o guia apresenta diretrizes para a implementação de uma cultura gerencial no cotidiano do promotor de justiça e orientações para a atuação no âmbito judicial e extrajudicial, voltada para a efetividade máxima da atuação ministerial.



### 3.5.2 REALIZAÇÃO DE PALESTRAS SOBRE RESOLUTIVIDADE

A Corregedoria tem promovido eventos de aperfeiçoamento funcional durante os quais fez-se questão de reservar espaço para a apresentação de boas práticas por parte dos membros do MPAM.



Em 2023, o Promotor de Justiça Alexandre Rocha Almeida de Moraes do MPSP ministrou uma palestra sobre "Jurimetria, Unidade e Agência". No final, foram apresentados trabalhos da 62ª Promotoria de Justiça especializada na defesa da Ordem Urbanística e da Promotoria de Justiça Especializada no Controle Externo da Atividade Policial.

### 3.5.3 CADASTRO DE INFORMAÇÕES PARA MOVIMENTAÇÃO NA CARREIRA

O Cadastro de Informações fornecido pela Corregedoria foi atualizado garantindo que a movimentação na carreira pelo critério de merecimento respeite os princípios de impessoalidade, moralidade, isonomia, eficiência e legalidade.

Para otimizar o processo de movimentação, a Corregedoria implementou um sistema de banco de informações pré-preenchidas e reduziu as informações necessárias para os processos de movimentação baseados em antiguidade, diminuindo o tempo de tramitação dos processos de Remoção e Promoção.

INFORMAÇÃO N.º [NÚMERO DO DOCUMENTO POR CATEGORIA]

PROCESSO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA N.º [N.º MP]  
INTERESSADO: [REDAZIDA]

ASSUNTO: REMOÇÃO/PROMOÇÃO PARA A 3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO JUNTO À 2ª VARA CRIMINAL, PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO

Excelentíssima Senhora Corregedora-Geral,

O Exmo. Sr. Dr. [REDAZIDA] Promotor de Justiça de Entrância Final, titular da [REDAZIDA] requereu sua inscrição para concorrer à remoção para a 3ª Promotoria de Justiça com atuação junto à 2ª Vara Criminal, oferecida consoante os termos do Edital de Inscrição n.º 014/2022-CSMP.

Nos termos do Art. 51, da LOEMP, prestam-se, doravante, as informações referidas no Art. 38, §4º do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, cujo conteúdo segue abaixo transcrito:

*"Feita a indicação de que trata o art. 259 da Lei Orgânica do Ministério Público, a Secretaria do Conselho determinará a oitiva da dita Corregedora-Geral para manifestação acerca da conduta, situação e procedimentos existentes relacionados com o indicado"*

**1. DADOS FUNCIONAIS**

**1.1 Progressão Funcional**

Cargo	ATO	Tipo	Data Início*	Data Fim
Promotor de Justiça Substituto	079/2009	Nomeação	10/07/2009	-
	Termo	Posse	17/07/2009	16/09/2011
Promotor de Justiça de Entrância Inicial	207/2011	Confirmação	17/09/2011	18/11/2019
Promotor de Justiça de Entrância Final	340/2019	Promoção	19/11/2019	

\*para contagem de tempo para vitaliciamento, e considerada a data de posse, nos termos do art. 226 da LOEMP  
Fonte: Sistema de Cadastro de Membros do Ministério Público - SCMDMP (CONMP) associado ao Sistema de Gestão de Pessoas - GEP

**1.2 Movimentações na carreira**

Titularidade	ATO	Tipo	Data Início	Data Fim
Promotoria de Justiça de São Paulo de Olivença	207/2011	Ingresso	14/09/2009	18/03/2013

### 3.5.4 USO DAS RECOMENDAÇÕES NA ATIVIDADE ORIENTADORA

A Corregedoria-Geral do MPAM utilizou-se, sempre que necessário, da expedição de recomendações de caráter geral para orientação da atividade funcional dos membros do Ministério Público e recomendações individuais para casos específicos. Foram expedidas as seguintes normas de caráter geral:

- Recomendação 0005/2023/CGMP, sobre a necessidade de realização do controle de presos nas comarcas do interior do estado.
- Recomendação 0011/2023/CGMP, que dispôs sobre a restrição de publicação de dados de crianças e adolescentes em portarias de instauração ou decisões de arquivamento.

[Clique aqui para acessar as Recomendações da CGMP](#)



### 3.5.5 BANCO DE BOAS PRÁTICAS

A Corregedoria-Geral publicou o Ato CGMP n.º 0002/2023, que instituiu o Banco de Boas Práticas e o formulário para registro, a ser preenchido pelos promotores de justiça, com o objetivo de:

a) a valorização da atuação dos membros com ações de comprovado impacto social (resolutividade);

b) a disseminação das experiências inovadoras (inérita ou criativa) e efetivas;

c) a qualificação das informações prestadas pela Corregedoria nos processos de movimentação na carreira, por merecimento.

**BOAS PRÁTICAS** Formulário de Registro de Boas Práticas

O Banco de Boas Práticas, instituído pelo Ato nº 0002/2023/CGMP, de 24/07/2023, visa reconhecer a excelência das iniciativas destinadas a dar efetividade à atuação do Ministério Público do Estado do Amazonas, registrar e disseminar as experiências inovadoras e efetivas e subsidiar a atuação institucional.

Link: <https://mpam.mt.br/corregedoria-atos/atos-corregedoria/15978-2023>

Olá, Janine. Quando você enviar este formulário, o proprietário verá seu nome e endereço de email.

\* Obrigatória

**INFORMAÇÕES GERAIS**

1. Promotoria de Justiça \*

Insira sua resposta

2. Promotor de Justiça \*

Insira sua resposta

3. Tipo de provimento \*

Titular

Designado/Convocado/Ampliado

4. Nome da Iniciativa

Insira sua resposta

Avançar

Página 1 de 2

A partir da implementação do banco de boas práticas pela CGMPAM, já houve expressiva participação dos membros com o objetivo de que suas iniciativas fossem avaliadas pela Corregedoria-Geral e, por consequência, se reconhecidas, passassem a constar no referido banco de dados.

Assim, atualmente foram apresentadas 44 boas práticas, das quais, 07 foram devidamente reconhecidas e catalogadas, 20 não foram reconhecidas, 06 foram devolvidas para complementação, 01 foi anexada, 06 estão em análise e 04 sobrestadas.

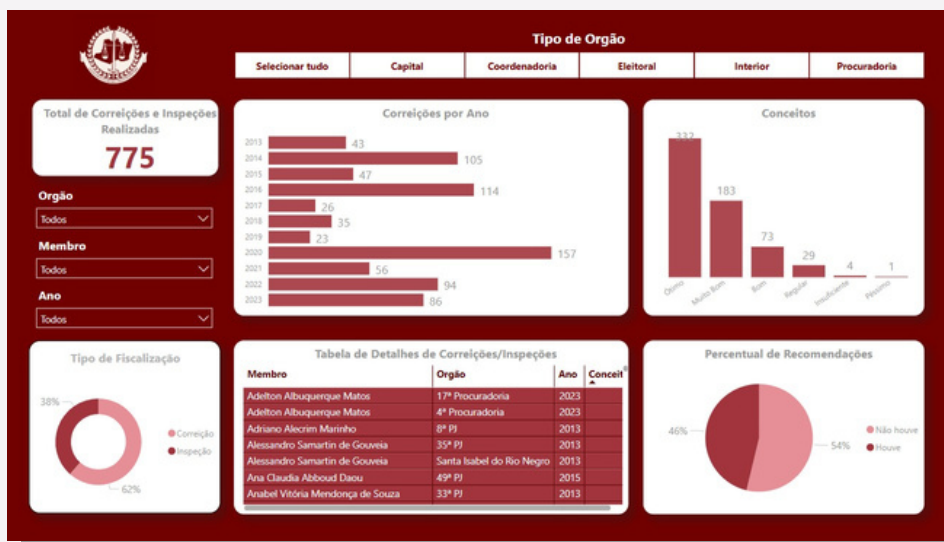
### 3.5.5 UTILIZAÇÃO DE BI NAS ATIVIDADES DA CORREGEDORIA-GERAL

A Corregedoria-Geral do MPAM criou um Grupo de Trabalho com o intuito de criar rotinas para utilização de ferramentas de *business intelligence* para otimizar o aproveitamento das informações provenientes de seus bancos de dados.

As atividades do grupo consistem em estudar e gerar mecanismos para o gerenciamento de processos e desempenho, fornecer informações para promoção e remoção, monitorar o quadro de lotação e fornecer dados de correições, utilizando ferramentas de automação para extrair e tratar dados, bem como para gerar *dashboards* gerenciais com o auxílio do Power BI.

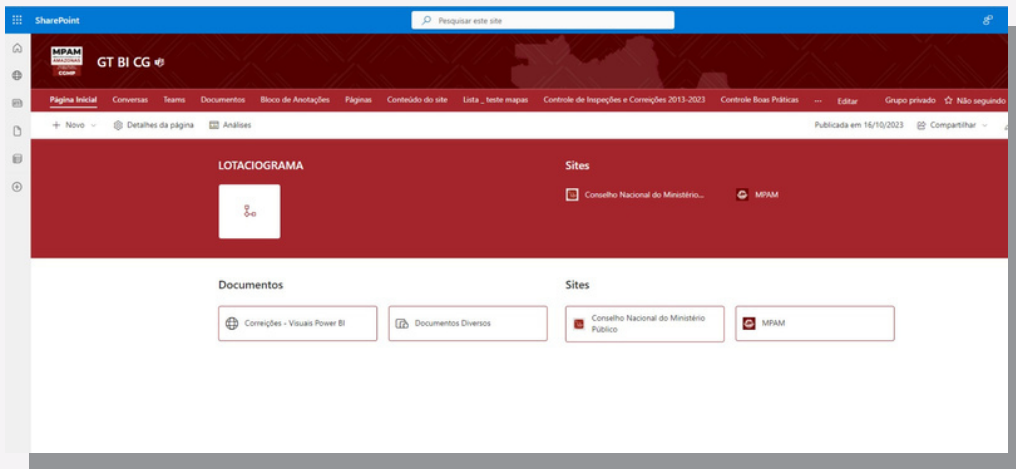
Como trata-se de atividade ainda em desenvolvimento, apresentaremos alguns resultados parciais, abaixo destacados.

Painel de BI gerado a partir do controle de **Correições e Inspeções**

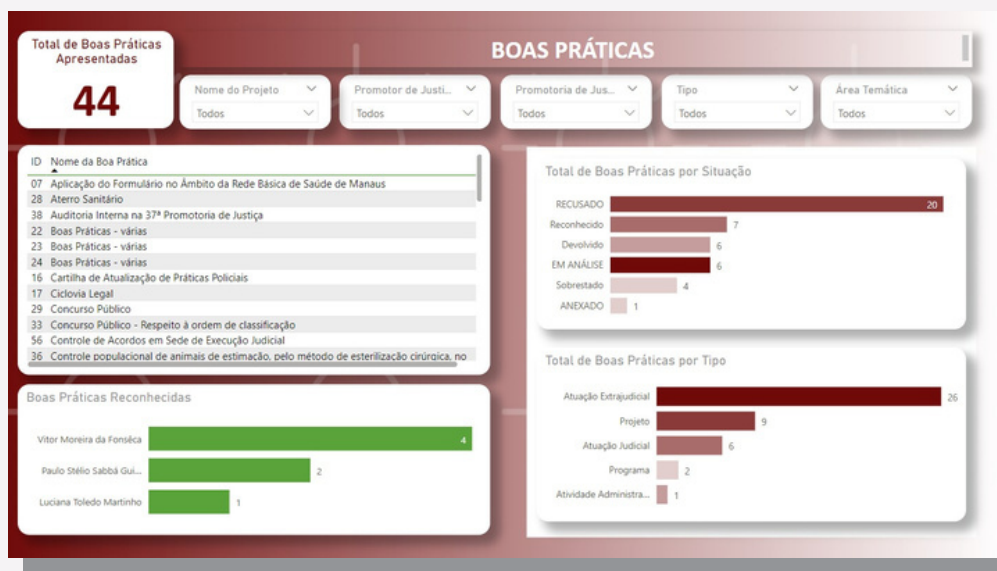




Site da Corregedoria no *Share Point* para criação e gerenciamento de listas e arquivos:



Painéis de *BI* gerados a partir do controle de **Boas Práticas**:



# Relatório de Produtividade

Os dados estatísticos relativos à produtividade do membro e das procuradorias e promotorias de justiça do ano de 2023 foram extraídos do sistema RAF e estão organizados em rankings de procuradores e de promotores de justiça (capital e interior) e de procuradorias e promotorias de justiça (capital e interior).

Na capital, a divisão dos grupos está vinculada à especialização de cada órgão de execução, sendo os afins comparados em termos quantitativos.

Para o interior, considerando a generalidade da atuação, não há divisão por área ou especialização, razão porque se apresenta ranking geral de promotorias e promotores de justiça.

A análise dos dados não deve ser realizada de forma isolada, tendo em vista tratarem de números absolutos, que não consideram as peculiaridades relativas ao membro (convocações, afastamentos, designações para órgãos da administração superior, dentre outros), relativas à unidade (especialização e estrutura física e de pessoal) e, ainda, relativas ao ambiente (localidade, população, demais atores sociais).

## QUADRO DE DESIGNAÇÕES - ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

### PROCURADORES DE JUSTIÇA

Aguinelo Balbi Júnior	SUBJUR
Sílvia Abdala Tuma	Corregedoria-Geral
Jussara Maria Pordeus e Silva	Ouvidoria-Geral

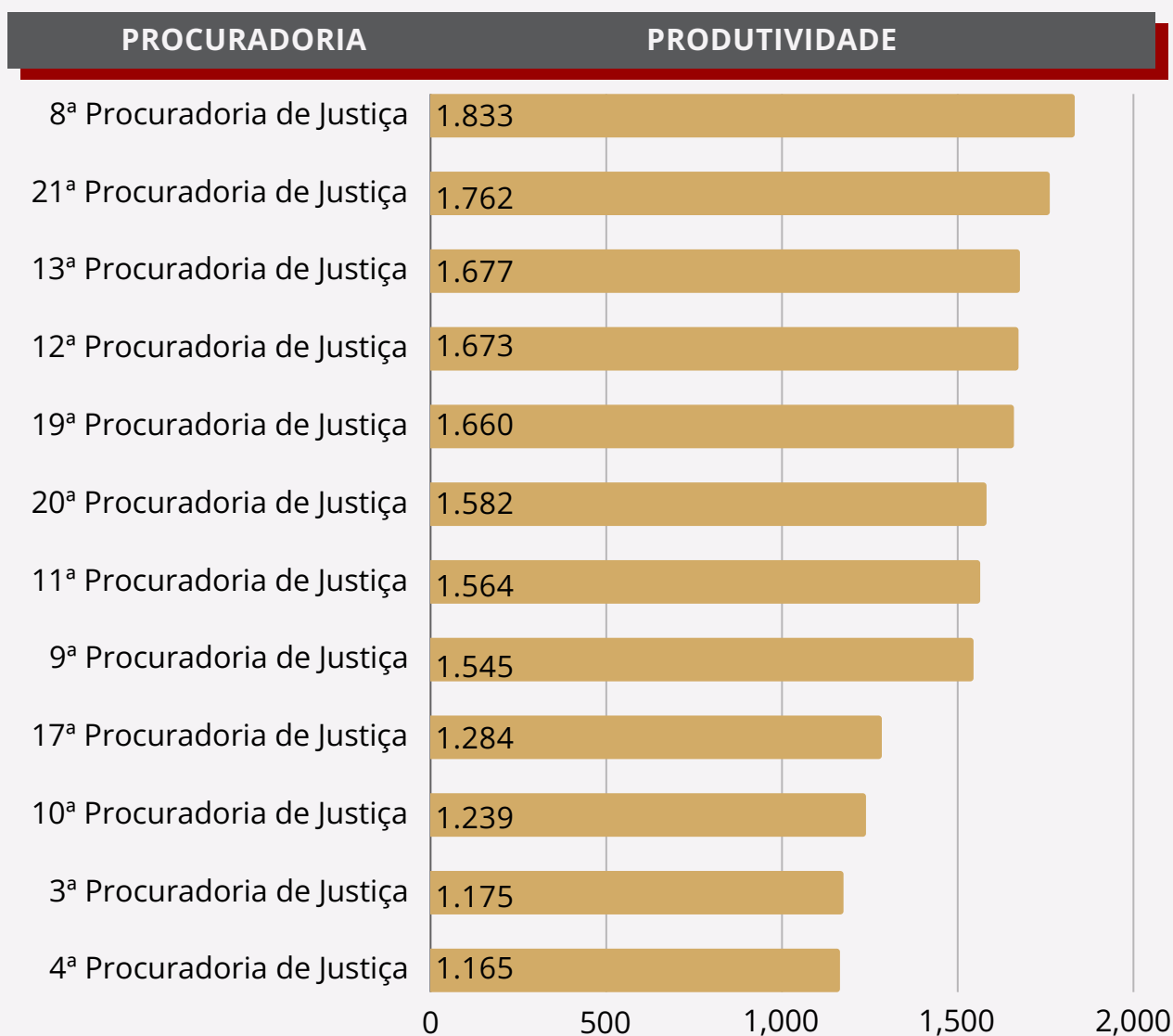
### PROMOTORES DE JUSTIÇA

Alberto Rodrigues do Nascimento	Procurador-Geral
André Lavareda Fonseca	ACAO
Christianne Corrêa Bento da Silva	Corregedoria-Geral
Darlan Benevides de Queiroz	Corregedoria-Geral
Jorge Alberto Veloso Pereira	Corregedoria-Geral
Cláudio Sérgio Tanajura Sampaio	GAJ/SUBJUR
João Gaspar Rodrigues	CEAF
Fabício Santos Almeida	GAJ/SUBJUR
Lílian Maria Pires Stone	SUBADM
Renilce Helen Queiroz de Sousa	Secretaria-Geral
Ruy Malveira Guimarães	GAJ/SUBJUR
Sarah Clarissa Cruz Leão	GAJ/SUBJUR

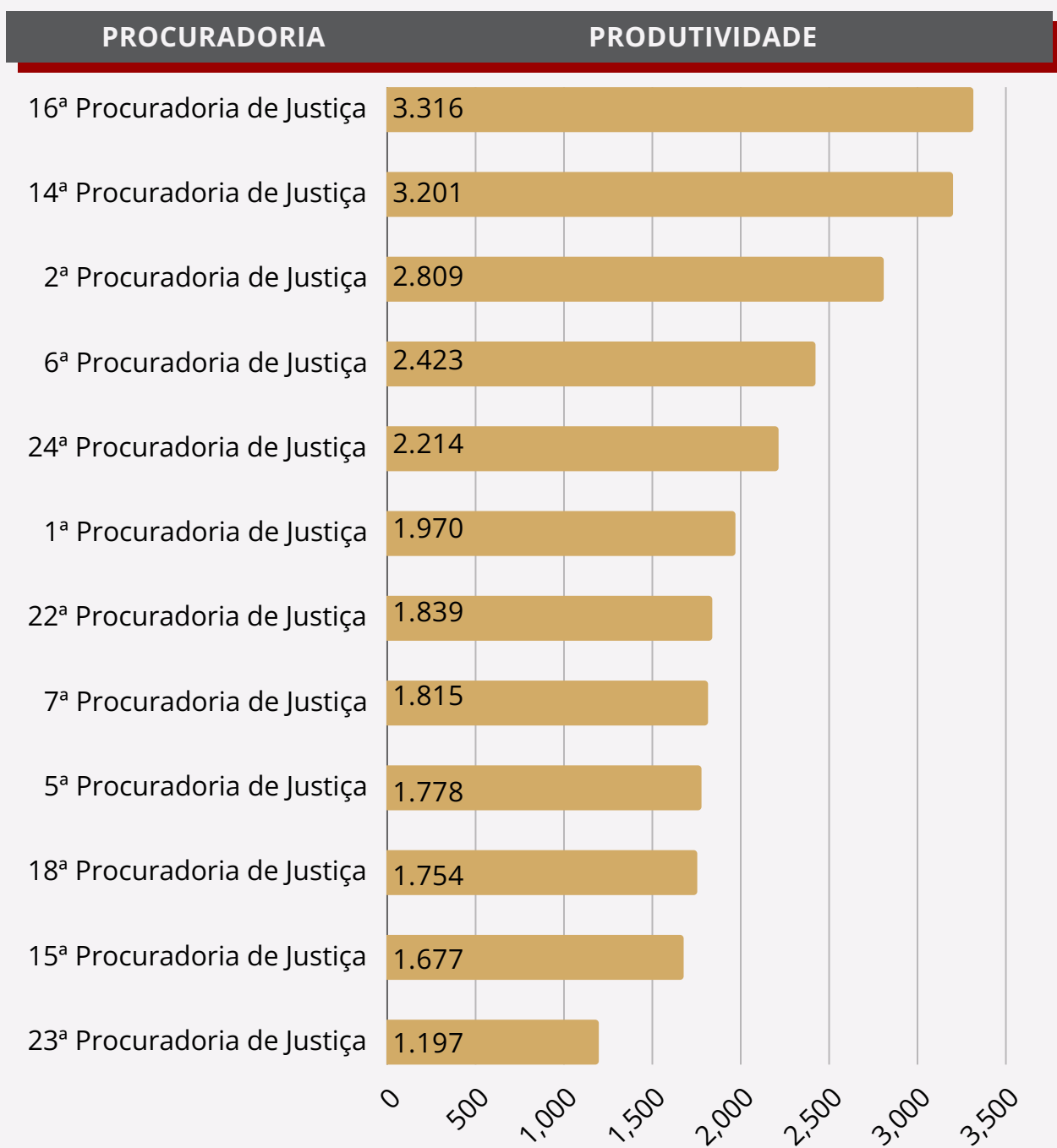


# 1 PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

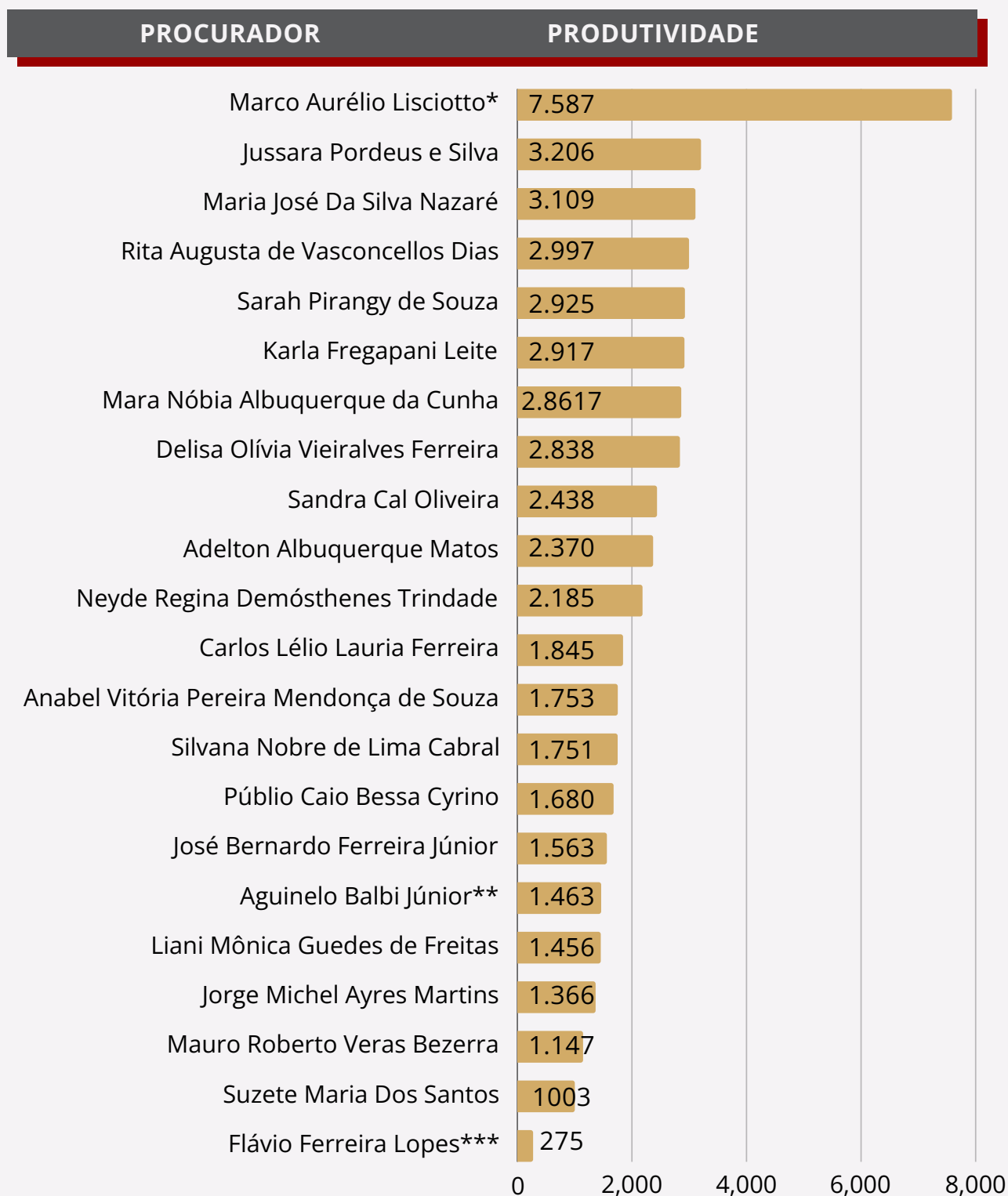
## 1.1 Ranking Procuradorias de Justiça Criminais



## 1.2 Ranking Procuradorias de Justiça Cíveis



## 1.3 Ranking Geral dos Procuradores de Justiça



\*Promovido à Procurador de Justiça, em 13/11/2023, possui produtividade em parte relativa à atuação anteriormente praticada em Promotoria de Justiça;

\*\*Designado para a Administração Superior, em 16/08/2023;

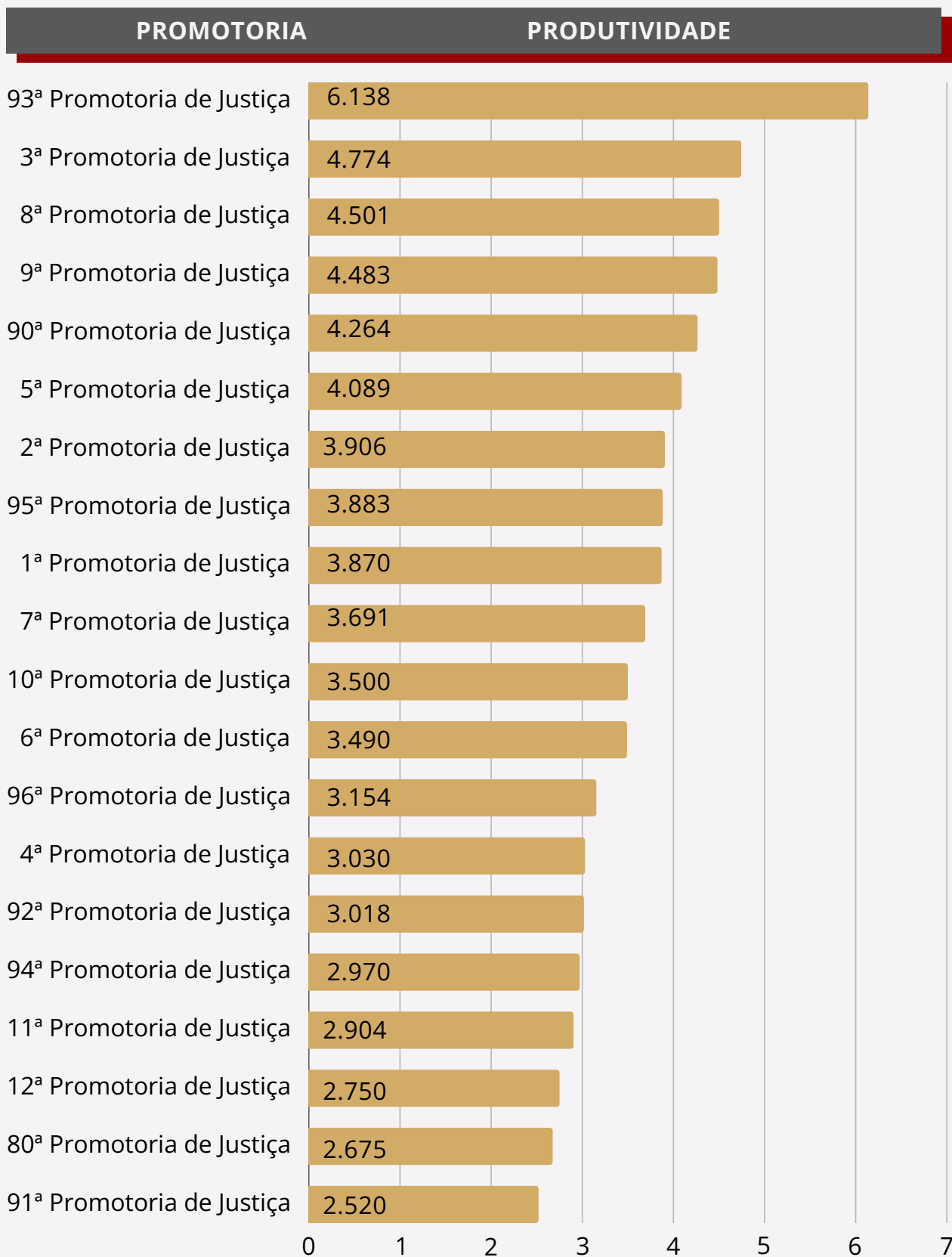
\*\*\* Aposentado em 23/08/2023.

## 2 PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

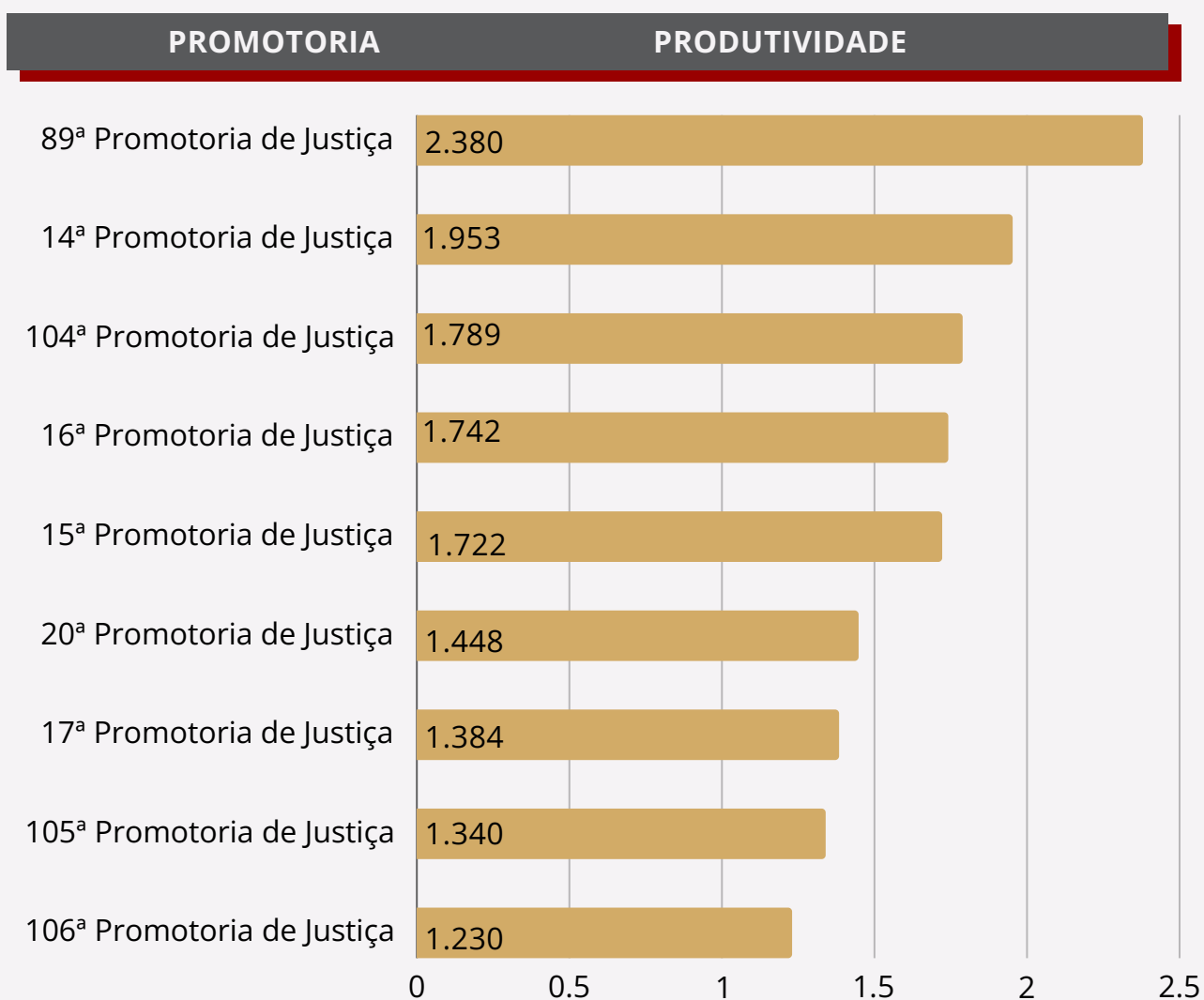
### 2.1 Promotorias de Justiça da Capital

#### 2.1.1 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO CRIM

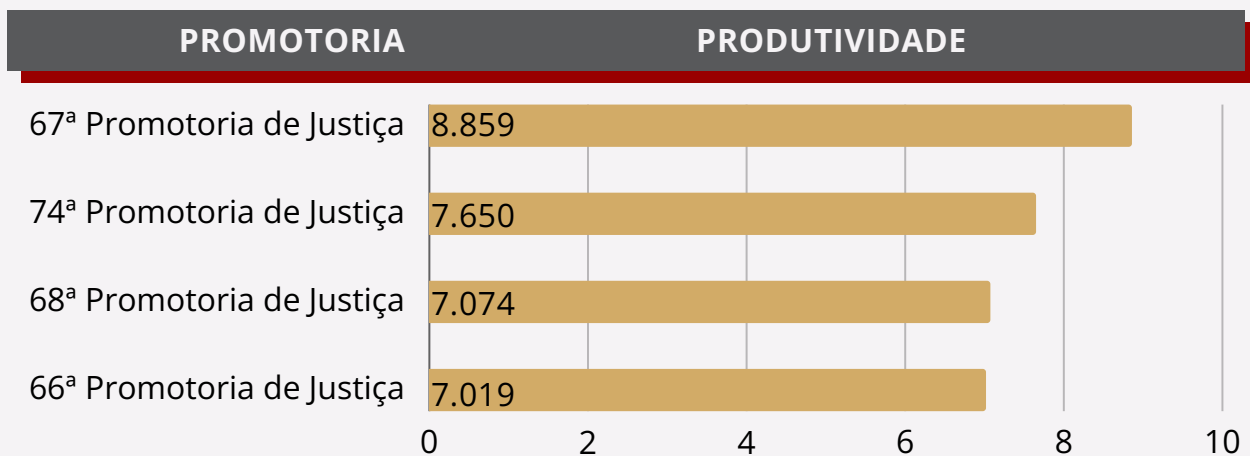
##### 2.1.1.1 Ranking Promotorias Criminais



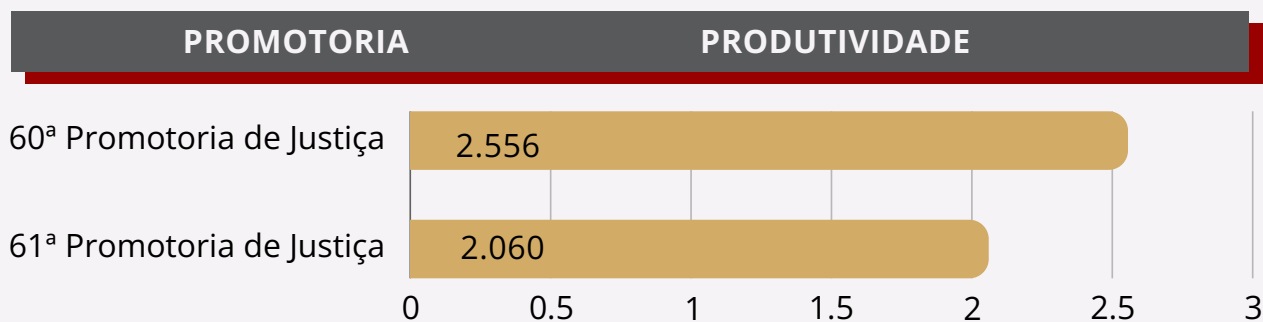
### 2.1.1.2 Ranking Promotorias do Tribunal do Juri



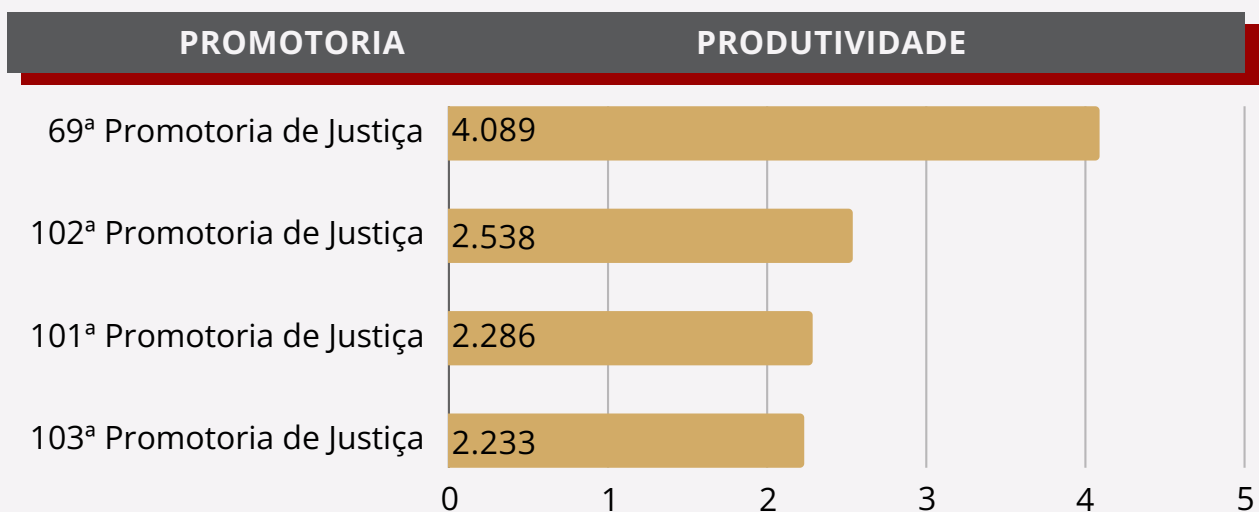
### 2.1.1.3 Ranking Promotorias dos Juizados Especiais Criminais



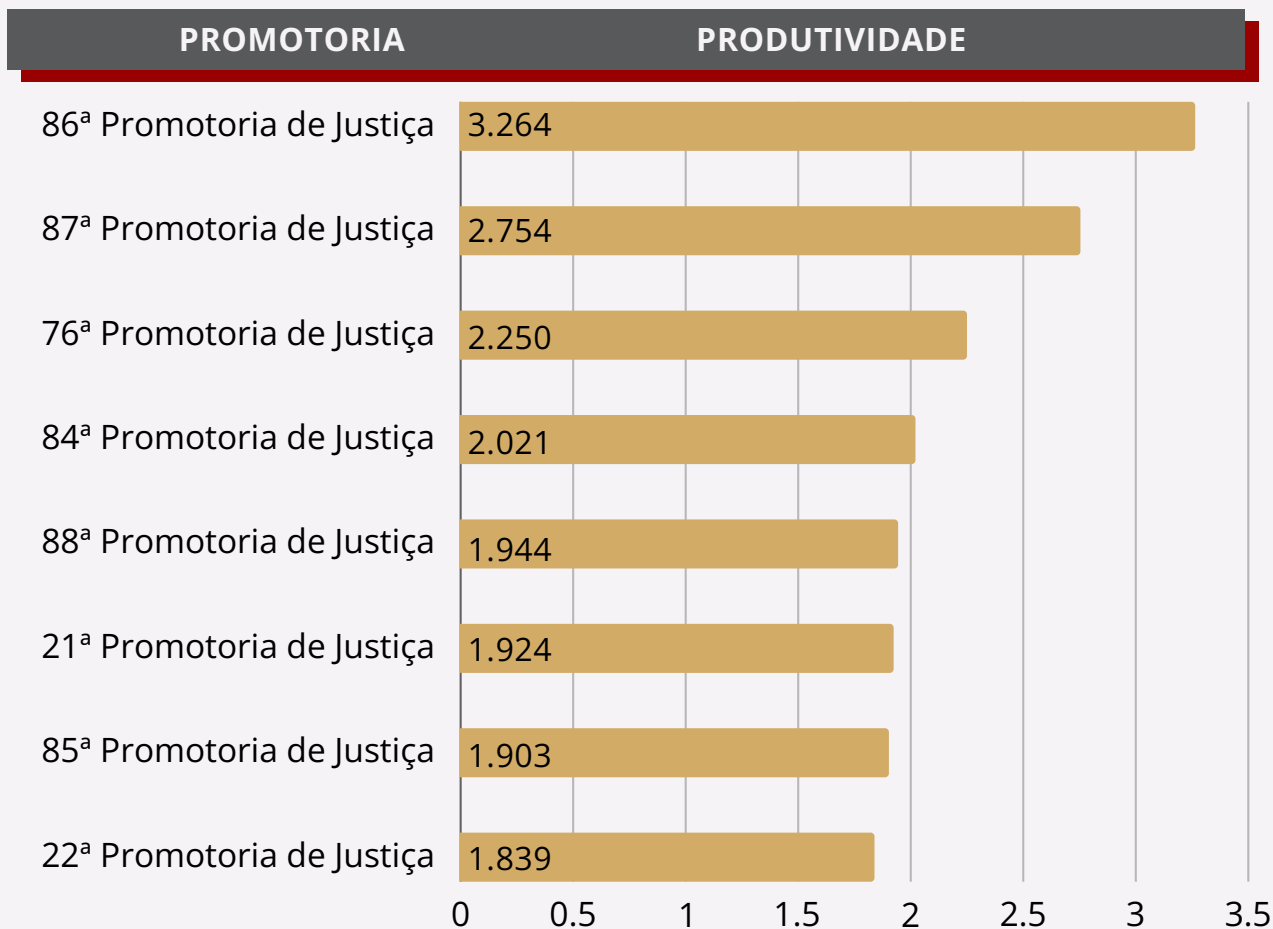
#### 2.1.1.4 Ranking Promotorias de Controle Externo da Atividade Policial



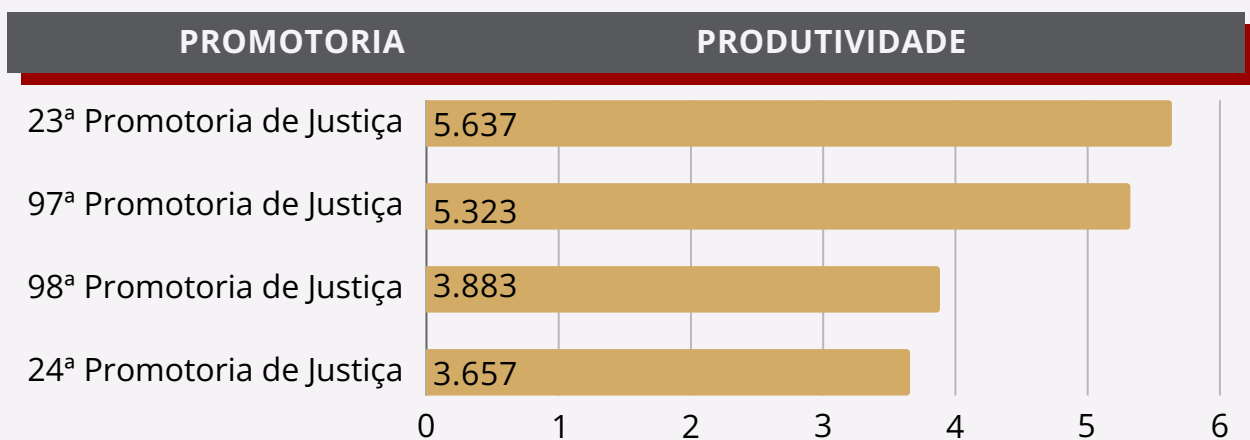
#### 2.1.1.5 Ranking Promotorias de Combate a Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes



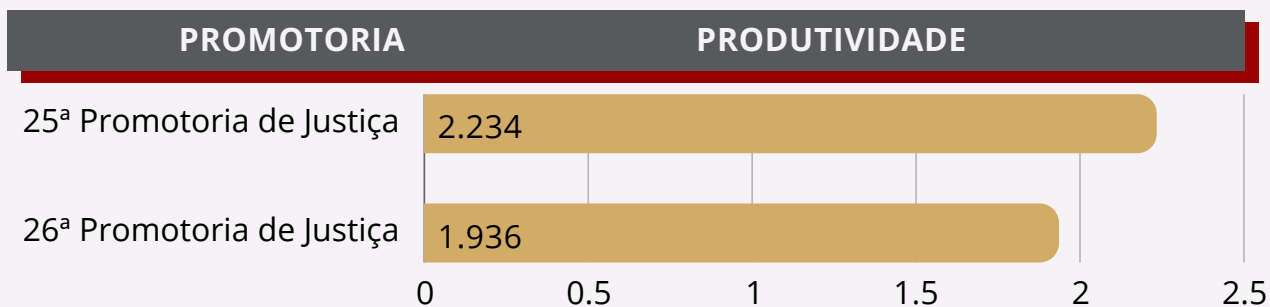
### 2.1.1.6 Ranking Promotorias de Combate ao Tráfico de Entorpecentes



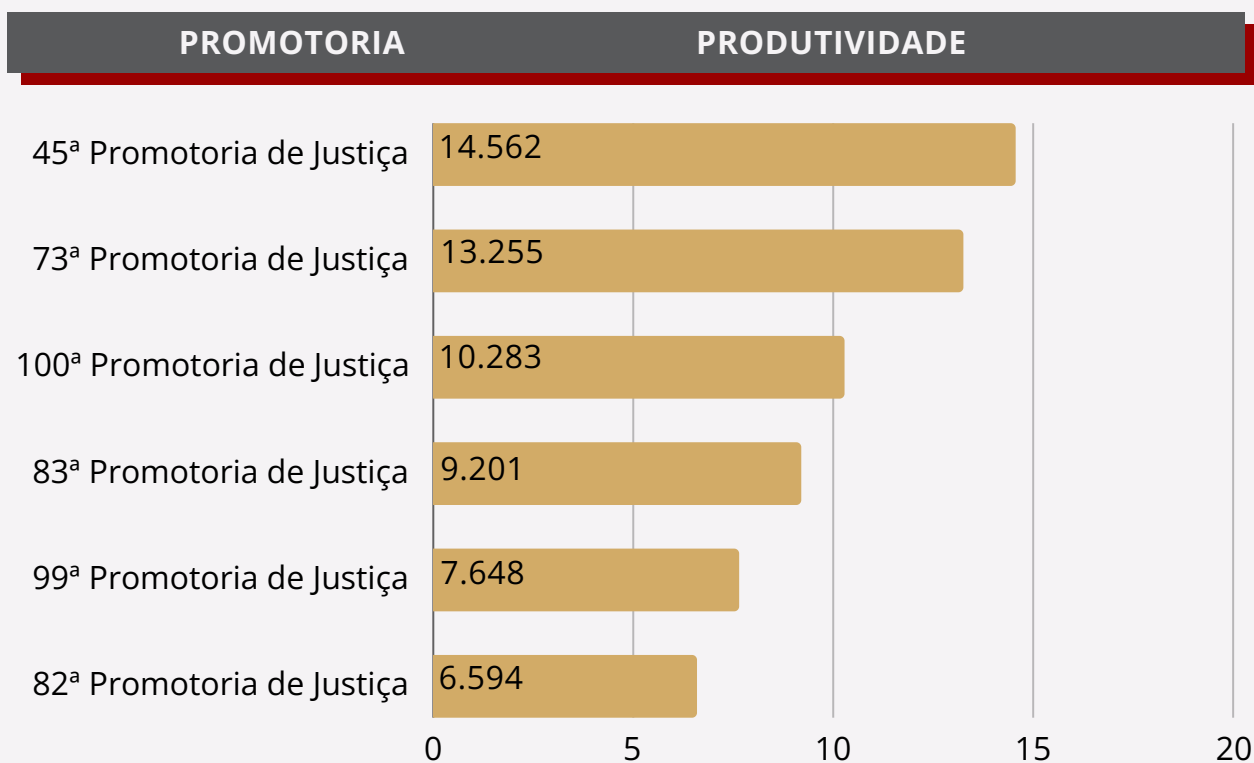
### 2.1.1.7 Ranking Promotorias de Execução Penal



### 2.1.1.8 Ranking Promotorias de Auditoria Militar

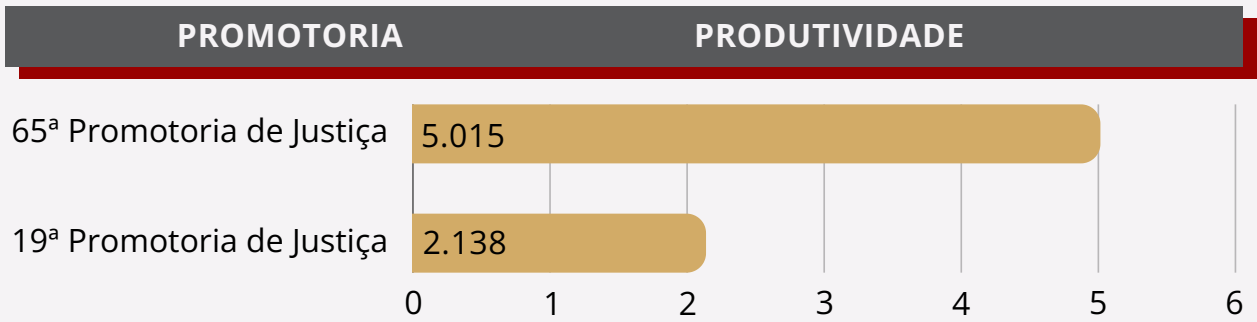


### 2.1.1.9 Ranking Promotorias de Combate à Violência Doméstica

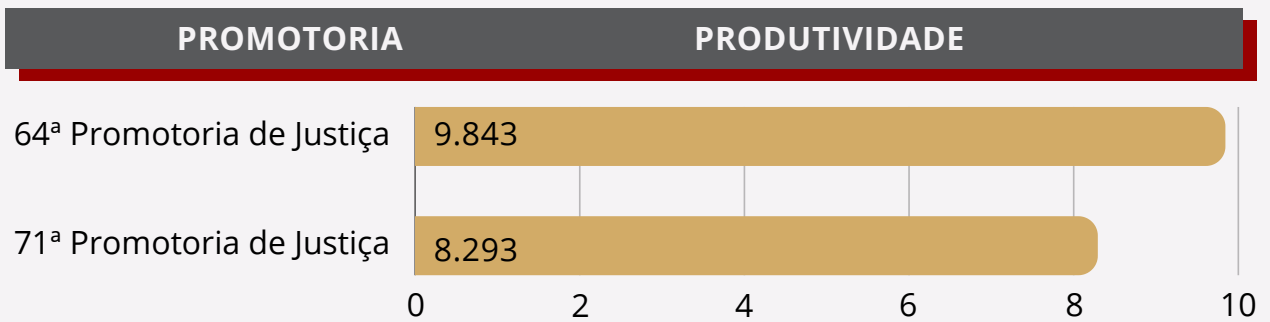




### 2.1.1.10 Ranking Promotorias de Trânsito

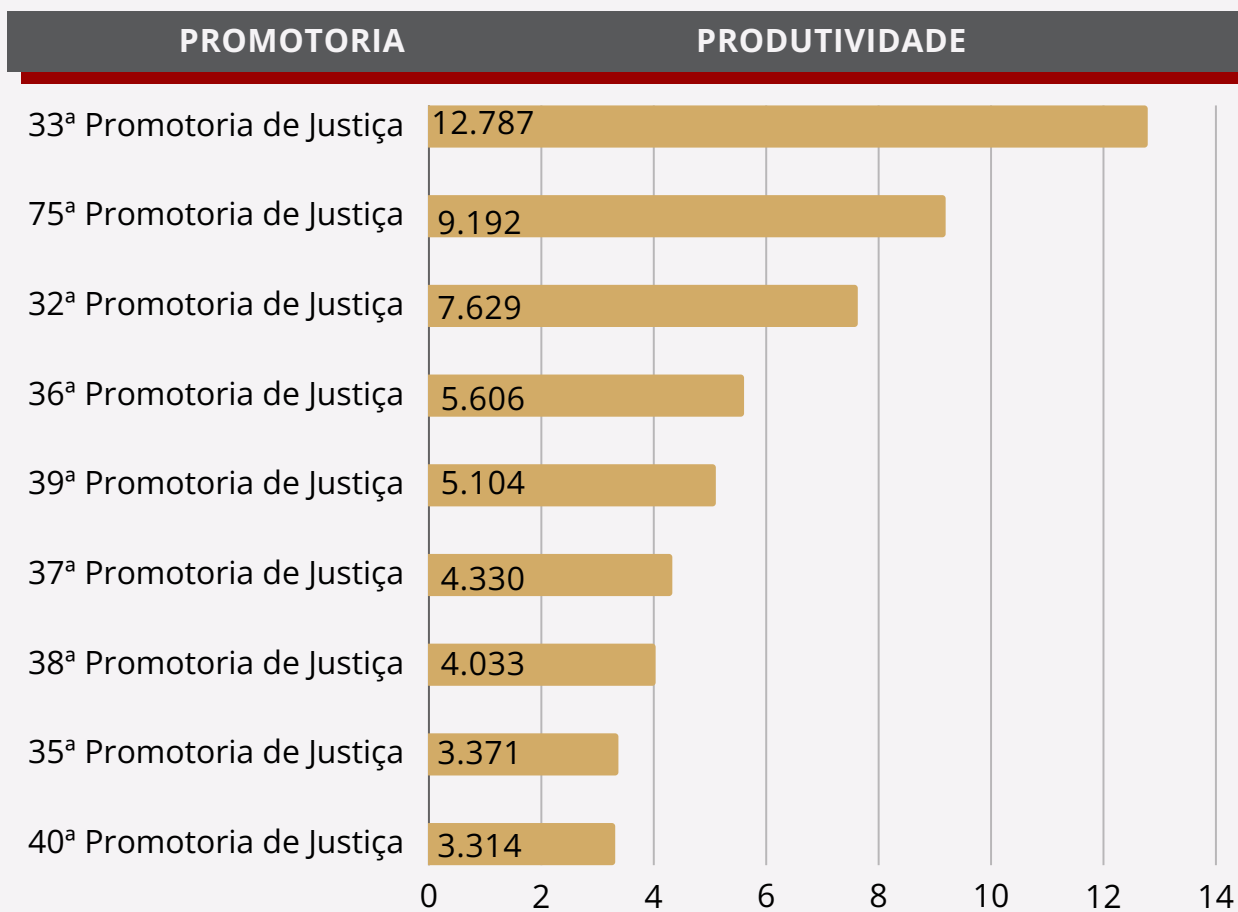


### 2.1.1.11 Ranking Promotorias de Execução de Medidas e Penas Alternativas

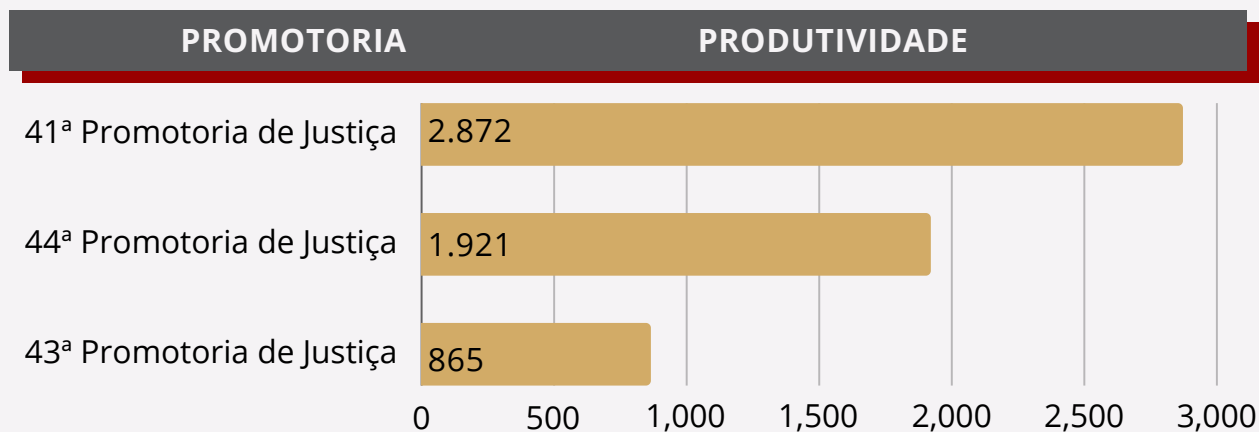


## 2.1.2 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO CÍVEL

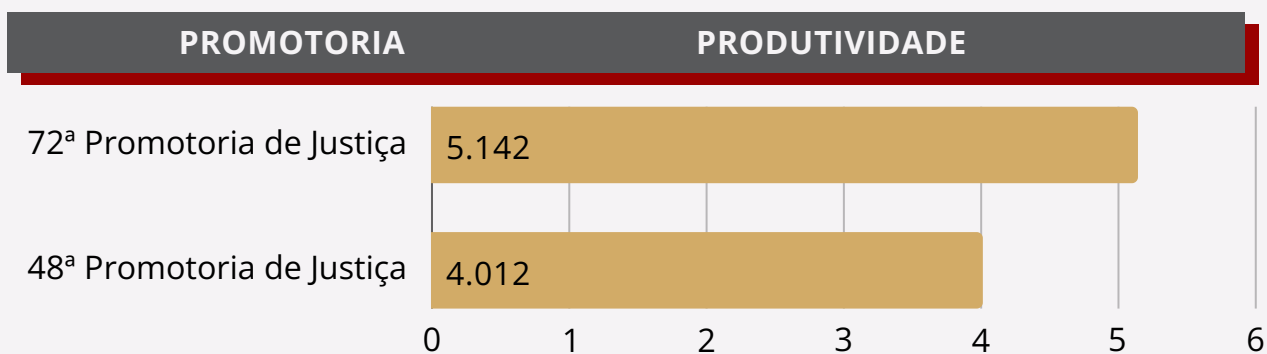
### 2.1.2.1 Ranking Promotorias de Família e Sucessões



### 2.1.2.2 Ranking Promotorias de Fazenda Pública



### 2.1.2.3 Ranking Promotorias de Registro Público



### 2.1.2.4 Fundações e Massas Falidas (Atuação Exclusiva)

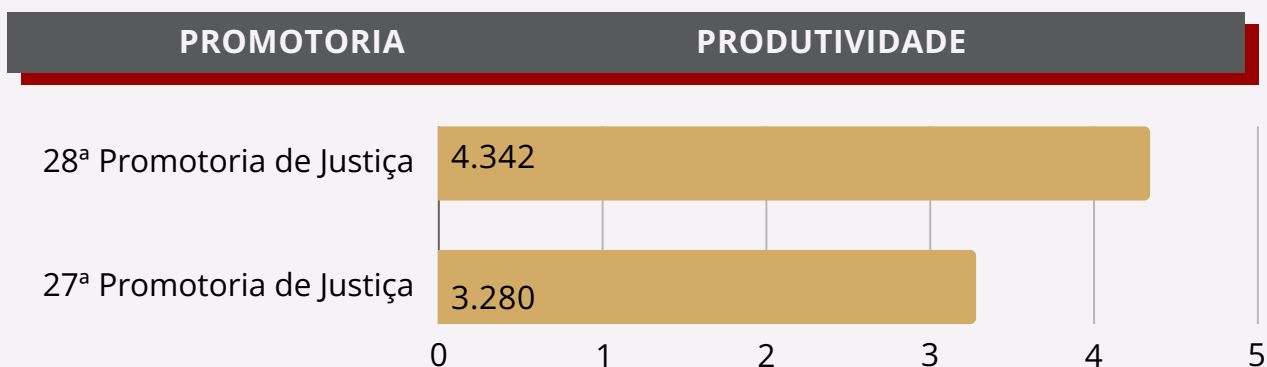
PROMOTORIA	PRODUTIVIDADE
47ª Promotoria de Justiça	1.407

### 2.1.2.5 Órfãos e Sucessões (Atuação Exclusiva)

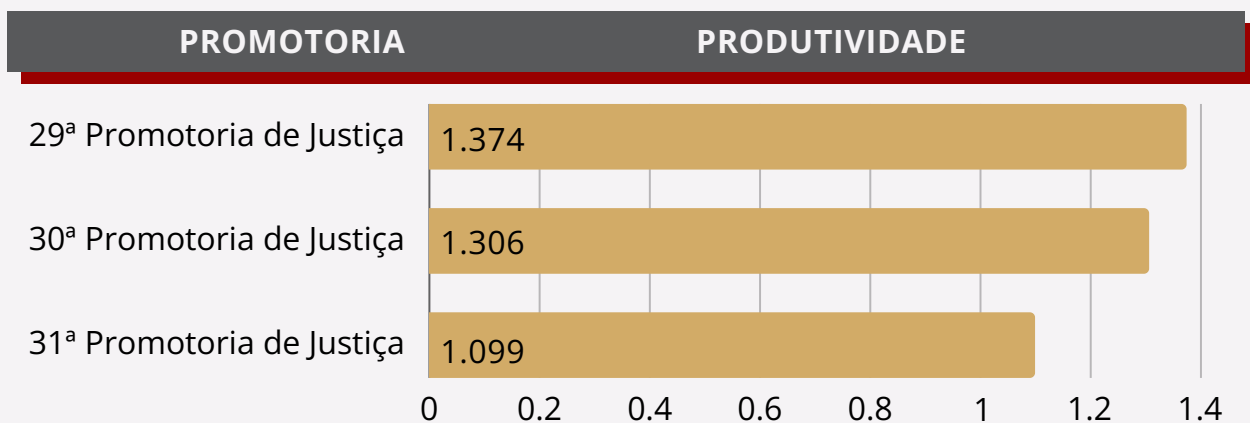
PROMOTORIA	PRODUTIVIDADE
34ª Promotoria de Justiça	2.976

## 2.1.3 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO IJ

### 2.1.3.1 Ranking Promotorias de Infância e Juventude Cível

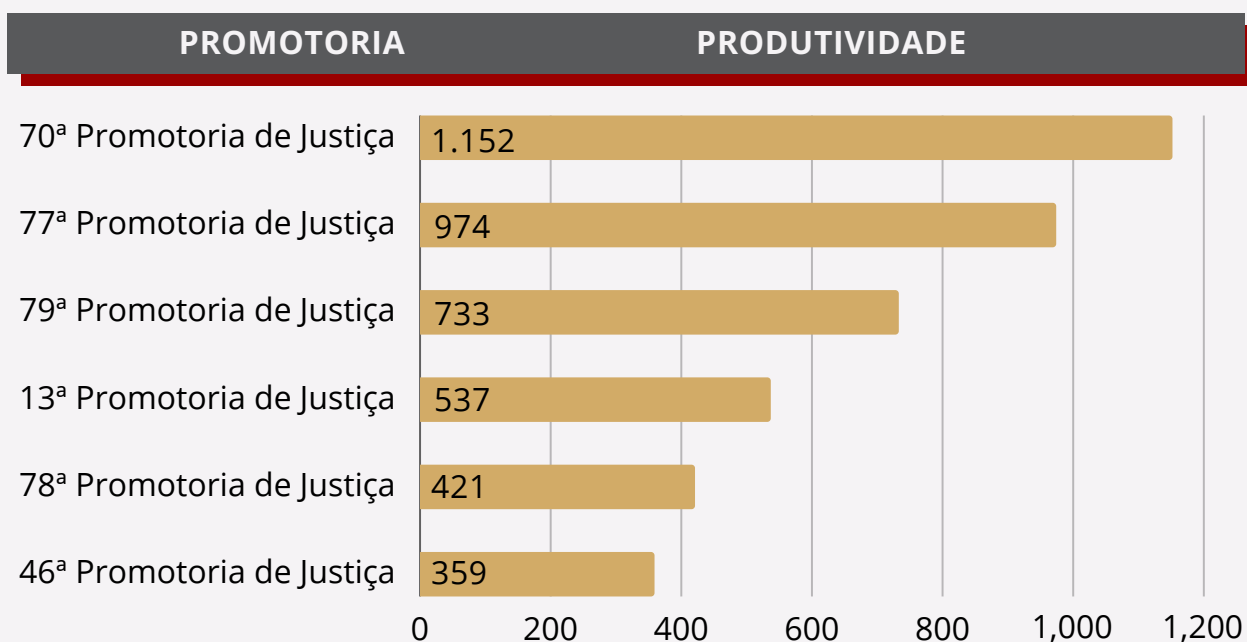


### 2.1.3.2 Ranking Promotorias de Infância e Juventude Criminal

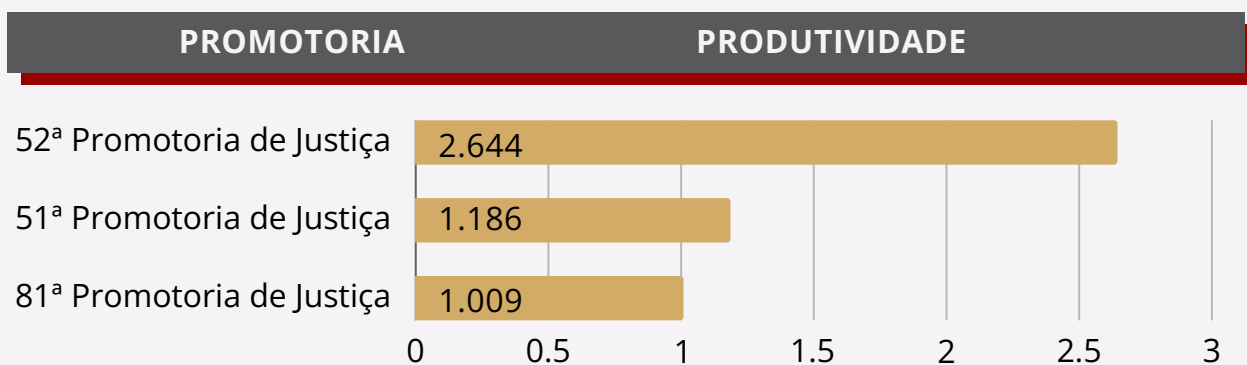


## 2.1.4 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO PDC

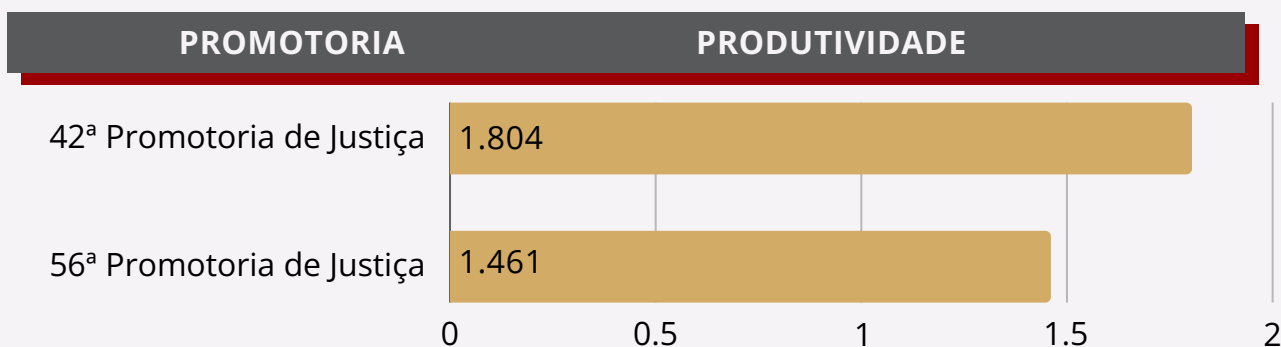
### 2.1.4.1 Ranking Promotorias de Proteção ao Patrimônio Público



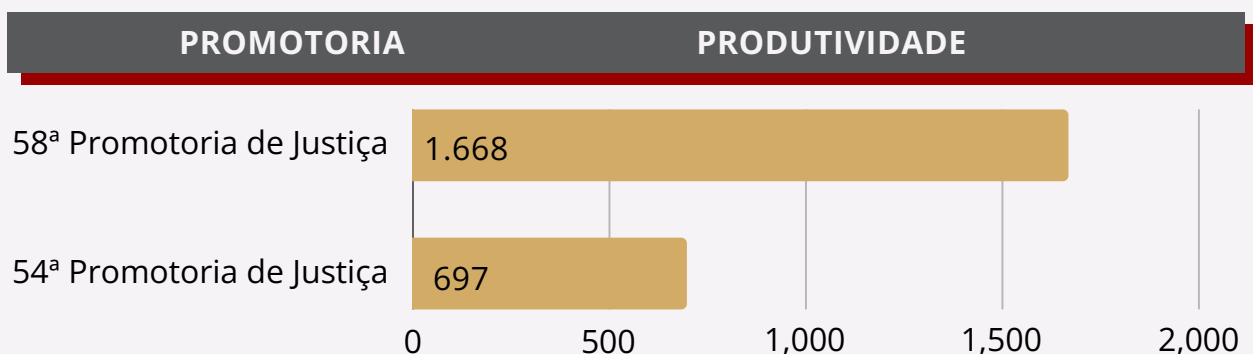
### 2.1.4.2 Ranking Promotorias de Defesa ao Consumidor



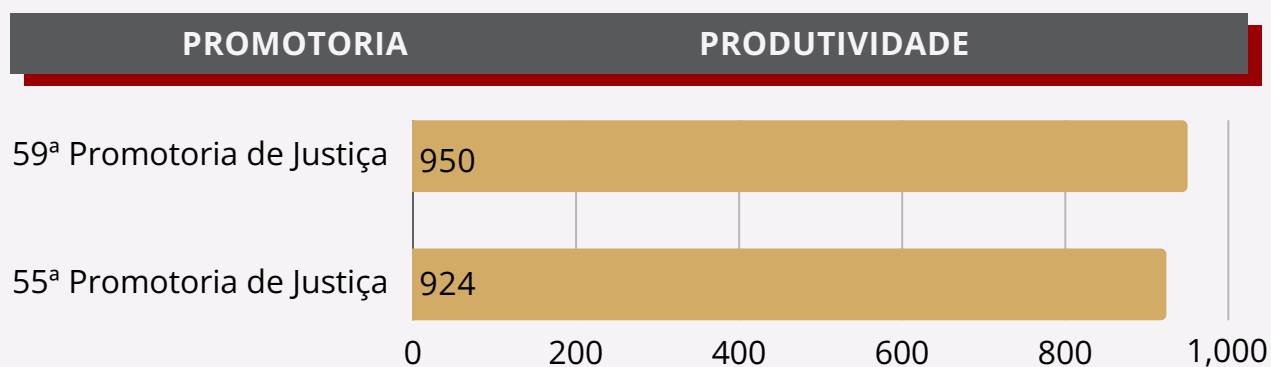
### 2.1.4.3 Ranking Promotorias de Proteção à Pessoa Idosa e à Pessoa com Deficiência



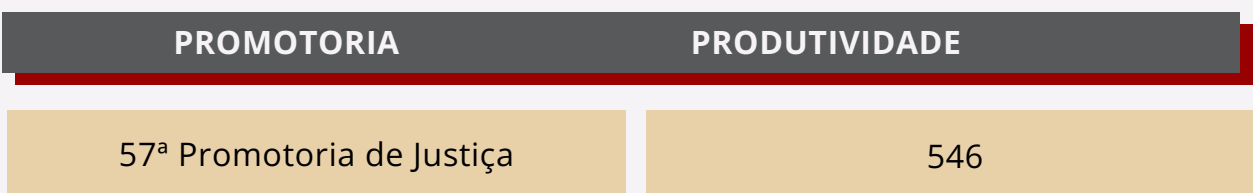
#### 2.1.4.4 Ranking Promotorias de Saúde Pública



#### 2.1.4.5 Ranking Promotorias de Educação

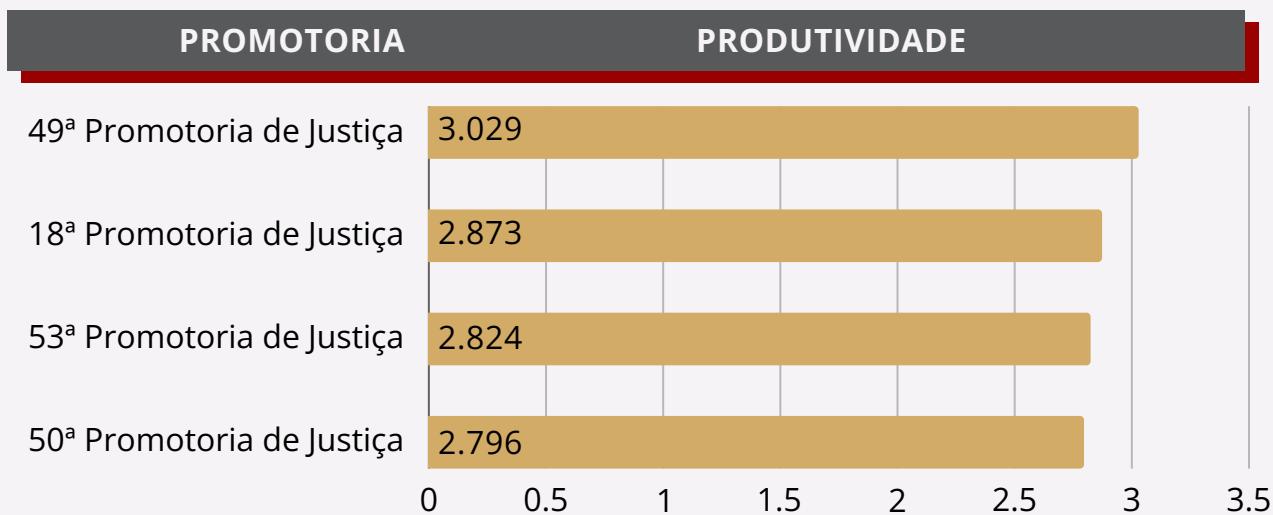


#### 2.1.4.6 Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania (Atuação Exclusiva)

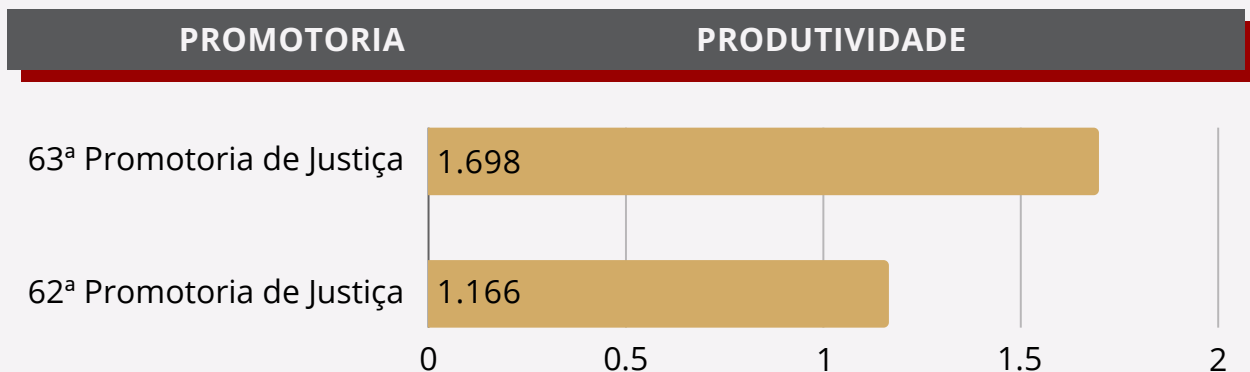


## 2.1.5 Promotorias de Justiça vinculadas ao CAO MAPH-URB

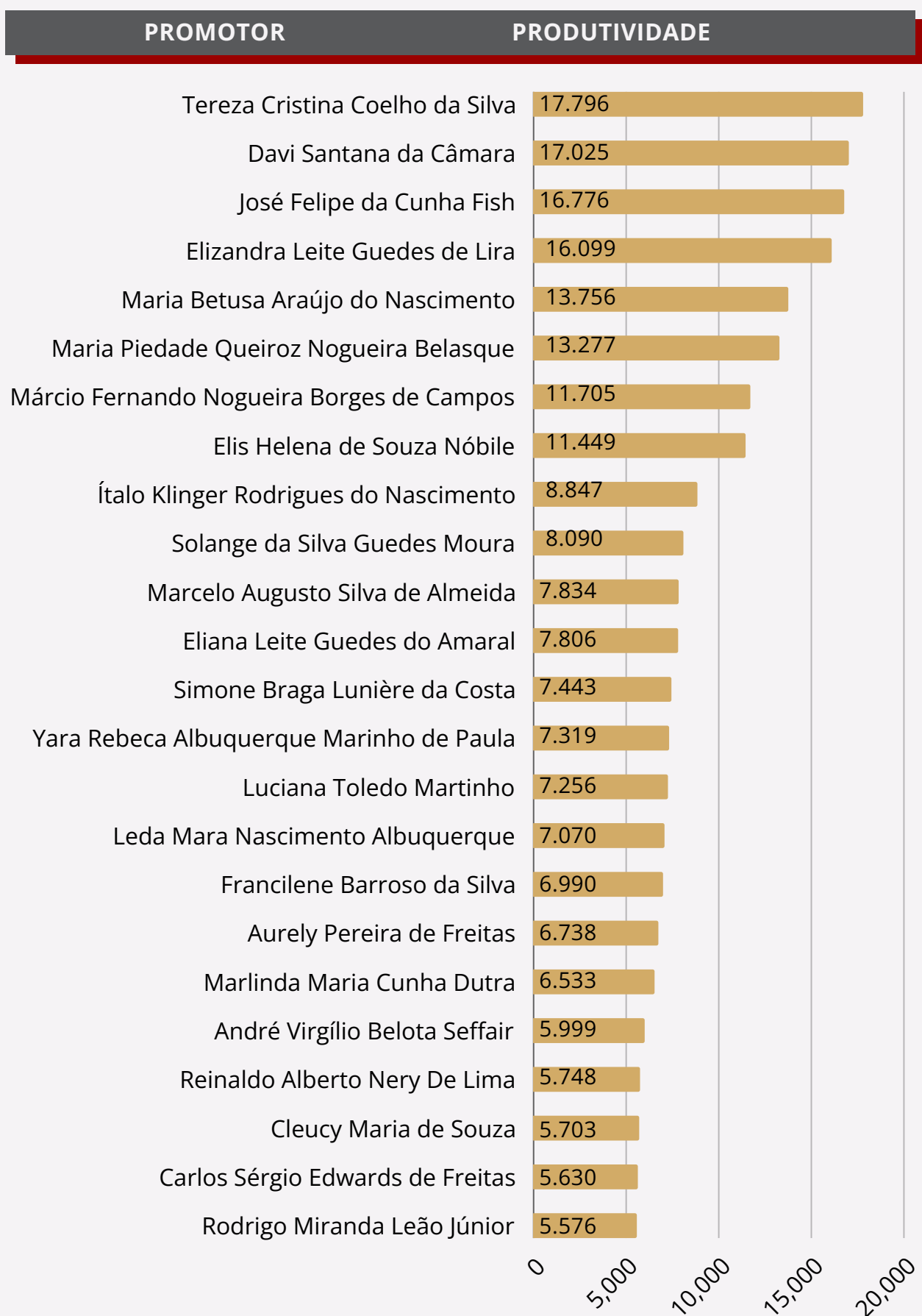
### 2.1.5.1 Ranking Promotorias de Proteção ao Meio Ambiente e Patrimônio Histórico



### 2.1.5.2 Ranking Promotorias de Proteção à Ordem Urbanística



## 2.1.6 Ranking Geral dos Promotores de Justiça da Capital





**PROMOTOR**

**PRODUTIVIDADE**



\*Promotor de Justiça com maior produtividade

**PROMOTOR**

**PRODUTIVIDADE**

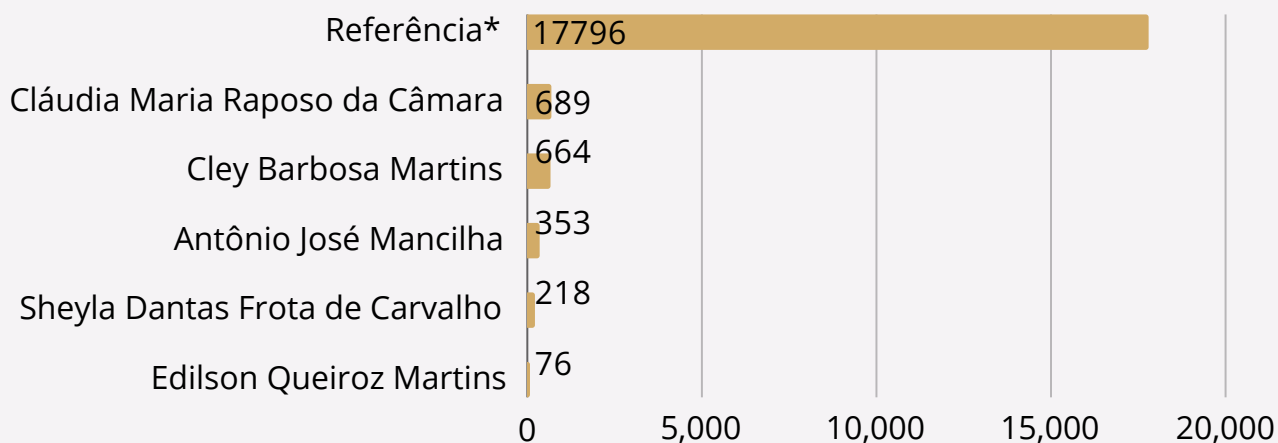


\*Promotor de Justiça com maior produtividade

\*\* Aposentado em 29/09/2023

**PROMOTOR**

**PRODUTIVIDADE**



\*Promotor de Justiça com maior produtividade.

### 2.1.7 Promotorias de Justiça Vagas na Capital

5ª Promotoria de Justiça

60ª Promotoria de Justiça

8ª Promotoria de Justiça

67ª Promotoria de Justiça

11ª Promotoria de Justiça

97ª Promotoria de Justiça

28ª Promotoria de Justiça

109ª Promotoria de Justiça

38ª Promotoria de Justiça

**Total de 9 Promotorias de Justiça vagas na Capital**

## 2.2 Promotorias de Justiça do Interior

### 2.2.1 Ranking Promotorias de Justiça do Interior



**PROMOTORIA**

**PRODUTIVIDADE**



\*Promotoria de Justiça com maior produtividade

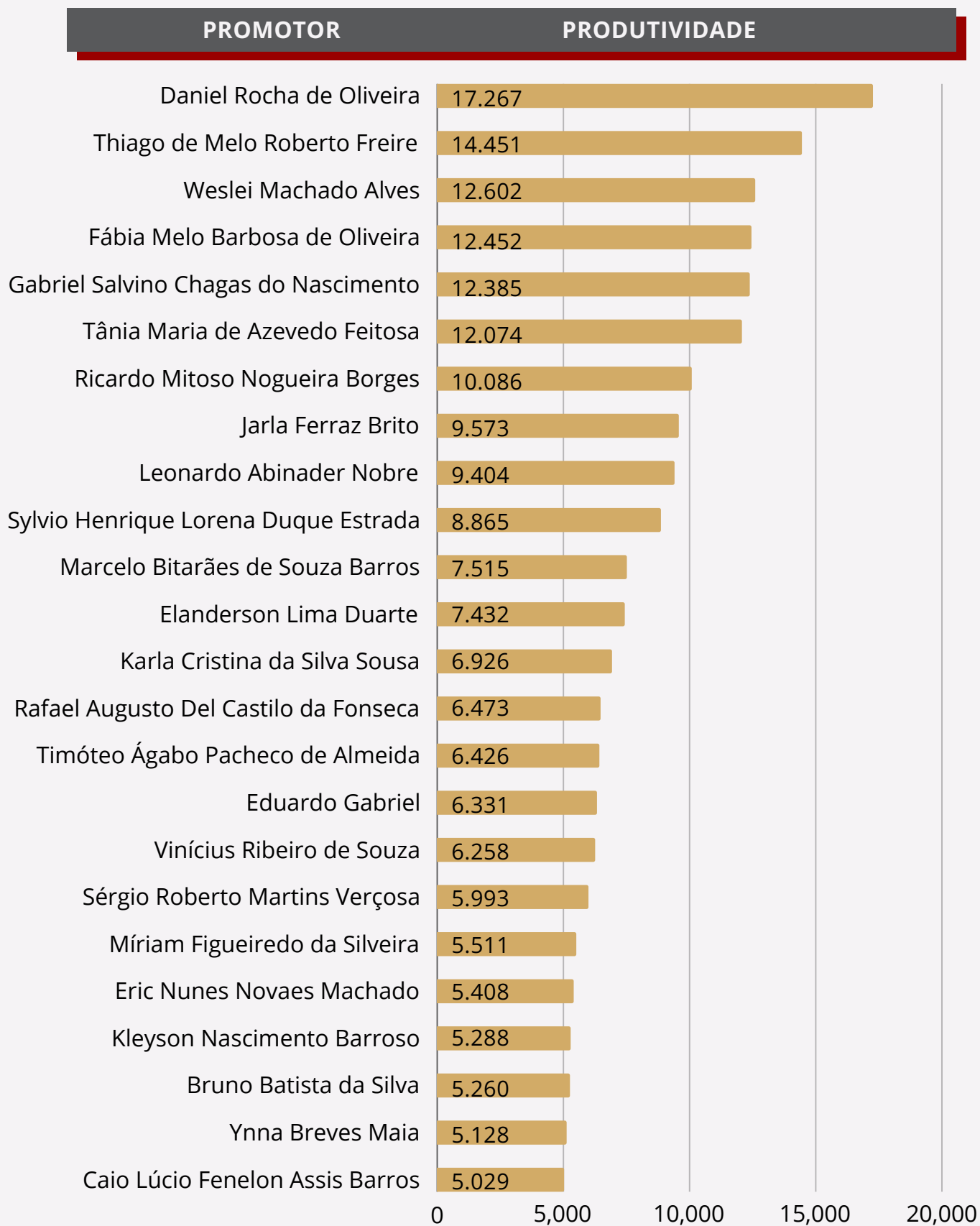
**PROMOTORIA**

**PRODUTIVIDADE**



\*Promotoria de Justiça com maior produtividade

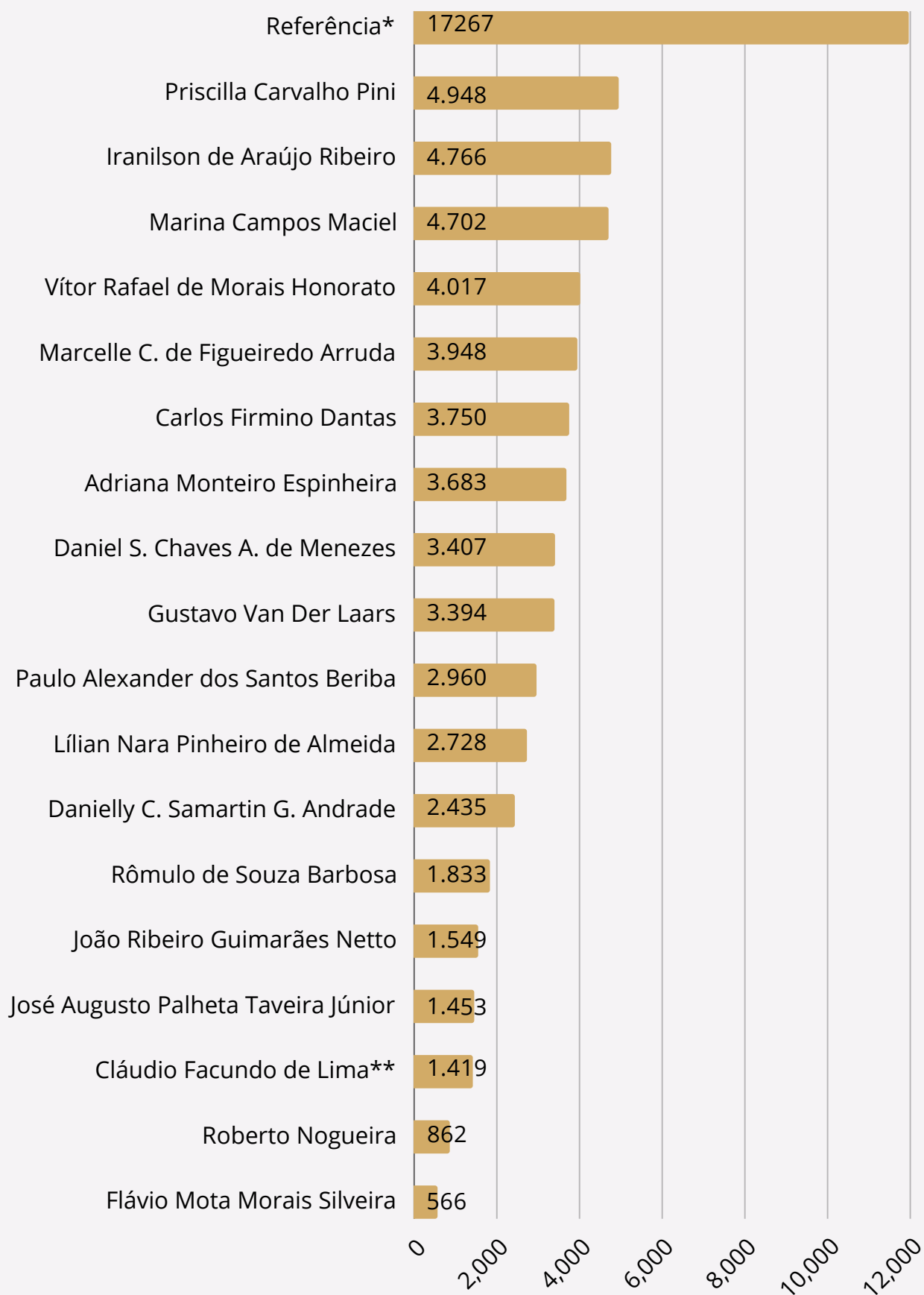
## 2.2.2 Ranking Geral dos Promotores de Justiça do Interior





**PROMOTOR**

**PRODUTIVIDADE**



\*Promotor de Justiça com maior produtividade

\*\* Exonerado, em 01/06/2023

### 2.2.3 Promotorias de Justiça Vagas no Interior

Amaturá	Jutaí
Atalaia do Norte	Lábrea
Benjamin Constant	Manacapuru - 2ª PJ
Beruri	Manicoré - 1ª PJ
Boa Vista do Ramos	Maraã
Boca do Acre	Nhamundá
Canutama	Nova Olinda do Norte
Careiro Castanho	São Paulo de Olivença
Coari - 1ª PJ	Silves
Coari - 2ª PJ	Santa Izabel do Rio Negro
Eirunepé	Santo Antônio do Iça (Tonantins)
Fonte Boa	Tabatinga - 1ª PJ
Ipixuna	Tefé - 2ª PJ
Itacoatiara - 2ª PJ	Uarini
Japurá	

**Total de 29 Promotorias de Justiça vagas no Interior**